AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 10 | OUTUBRO 2015 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

MERCADO AGRÍCOLA

O QUE TEM INFLUENCIADO O PREÇO DAS *COMMODITIES*?

35 Anos
AGROANALYSIS

POLÍTICA AGROPECUÁRIA INDISPENSÁVEL PLANEJAR A PRODUÇÃO

CRISE SE AGRAVA AGRONEGÓCIO SOFRE MENOS

SEGURO RURAL O SETOR PRECISA DE UM PLANO DE LONGO PRAZO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Fernanda Carvalho Macedo
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

AGRONEGÓCIO SOFRE MENOS

A ECONOMIA brasileira passa por seu pior momento desde a estabilização da inflação, ocorrida após a criação do real, em 1994. As projeções do mercado financeiro apontam para uma retração do PIB em 2015 – próximo de 3% – e em 2016. Como, no ano passado, a economia também não registrou crescimento, se as projeções se confirmarem, passaremos pelo período recessivo mais longo desde o início dos anos 90. A retração do PIB brasileiro durante este triênio será superior à queda registrada durante o Plano Collor, no início da década de 1990. A crise política, ainda sem solução à vista, impede que a crise econômica seja contornada. Esta situação política não pode durar para sempre, mas teremos que esperar pelo menos entre trinta e sessenta dias para ver alguma luz no final do túnel.

A situação é agravada pela falta de confiança, com consequências sobre a demanda agregada:

- O alto endividamento das famílias, amparado pela política de expansão de crédito do Governo, torna pouco provável uma expansão do consumo;
- O quadro recessivo atual não estimula a realização de investimentos privados na produção – há capacidade ociosa em vários setores da economia;
- O ajuste fiscal indica que os gastos do Governo devem ser contidos, ou seja, não se espera que ocorram estímulos significativos por esta via.

O único componente que pode trazer algum alívio para a economia brasileira vem do setor externo. A depreciação do real frente ao dólar nos últimos meses representa um estímulo às exportações.

Nesse contexto, o setor que está sofrendo menos com o atual momento econômico é o do agronegócio. Se, por um lado, o quadro recessivo pode reduzir a demanda interna por determinados produtos, por outro, a elevada cotação do dólar – superior a R$ 4,00 no momento de fechamento desta edição – traz benefícios:

- Favorece as exportações dos produtos agropecuários, pois nossos preços tornam-se mais atrativos em relação aos de outros mercados;
- Garante a adequada remuneração em reais dos produtores, em um cenário de preços internacionais em queda.

No mercado internacional, desde o primeiro semestre de 2014, os preços em dólar das *commodities* agrícolas passaram a registrar forte queda. Para o produtor no Brasil, ao menos em parte, esta queda foi compensada pela alta cotação do dólar. Os argumentos que buscam explicar esta queda nas cotações das *commodities* agrícolas envolvem: a desaceleração da economia mundial, em especial da economia chinesa, e o fim da política monetária expansionista norte-americana, com a manutenção da taxa de juros no intervalo de 0,00% a 0,25% a.a. No entanto, como mostra análise da ***Agroanalysis***, estes dois movimentos não representam uma crise para o agronegócio, ao menos até o momento.

A nova conjuntura do agronegócio configura um cenário que combina preços das *commodities* mais baixos, custos de produção mais elevados, crédito mais escasso e mais caro, maiores exigências ambientais e trabalhistas e mudança do pacote tecnológico. Este cenário coloca novos desafios para todos: formuladores de políticas

públicas, entidades de classe, representantes do setor, pesquisadores e, principalmente, produtores. A FGV Projetos tem realizado estudos tanto para o setor privado, quanto para o setor público, para ajudá-los a superarem os desafios da conjuntura atual. Para o setor público, o planejamento agropecuário permite buscar soluções para questões sociais e econômicas, ao direcionar corretamente os investimentos públicos e atrair capital privado, potencializando as aptidões dos estados ou dos municípios.

Para reduzir os riscos do produtor, em 2005, teve início o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que oferece ao agricultor a oportunidade de segurar sua produção com custo reduzido. Desde 2010, há falhas no planejamento, na execução e no pagamento do seguro. No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2015/16, em junho, o governo federal prometeu R$ 700 milhões para o PSR. Se o Governo não honrar este compromisso, 70 mil operações com mais de trinta atividades em 7,3 milhões de hectares ficarão sem a cobertura do seguro rural no País.

Na entrevista do mês, tem-se a presença oportuna de Carlos Augusto Klink, secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Estamos bem próximos da realização da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser realizada em Paris, no final de novembro e no início de dezembro. O seu principal objetivo é costurar um novo acordo entre os países para diminuir a emissão de gases do efeito estufa e, consequentemente, limitar o aumento da temperatura global, projetada em 2ºC até 2100. O Brasil prepara propostas ousadas e espera ser protagonista mundial sobre esse assunto.

Para finalizar, uma nota especial sobre a comemoração, em 16 de outubro, do Dia Mundial da Alimentação – data de fundação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) –, que pretende chamar a atenção para as questões relacionadas à alimentação saudável e estimular a consciência social sobre o problema da fome no mundo. O tema da FAO para 2015 é "Proteção Social e Agricultura: quebrando o ciclo da pobreza rural". ■



04 CAPA **EDITORIAL**

07 **ABRE ASPAS**

07 **ENTREVISTA**
CARLOS AUGUSTO KLINK
O BRASIL NA COP-21

11 **FRASES & COMENTÁRIOS**

12 **MACROECONOMIA**
BECO SEM SAÍDA

14 **AGRODROPS**

17 **MERCADO & NEGÓCIOS**

17 CAPA ***COMMODITIES*** **AGRÍCOLAS**
A ÚLTIMA PEÇA DO VELHO CENÁRIO

21 **CONVERSÃO DE CULTURAS**
FATORES DA EXPANSÃO DA CANA NO CERRADO MINEIRO

25 CAPA **SEGURO RURAL**
NÃO HÁ ESPAÇO PARA IMPROVISAÇÕES

28 **GESTÃO**

28 CAPA **PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO**
NOVA CONJUNTURA, NOVOS DESAFIOS

32 **CONTEÚDO ESPECIAL**

32 **ESPECIAL CITRUSBR**
OS TRÊS PILARES DA CITRICULTURA

38 **ESPECIAL ANDA**
V CONGRESSO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES

40 **ESPECIAL ABAG**
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA FERRUGEM ASIÁTICA

43 **ESPECIAL BASF**
O MAIOR TRABALHO DA TERRA

44 **ESPECIAL SINDIVEG**
PROJETO COLMEIA VIVA

45 **ESPECIAL ANDEF**
A BIODIVERSIDADE QUE NÃO QUEREMOS

46 **COLUNAS**

46 **DIÁRIO DE BORDO**
NA TORCIDA

47 **PRODUZIR**
ROMPER PARA INOVAR

48 **OPINIÃO**
OPORTUNIDADE DA FRUTICULTURA

49 **REFLEXÃO**
O INVERNO DAS SOLUÇÕES

50 **ESTATÍSTICA**

O BRASIL NA COP-21

CARLOS AUGUSTO KLINK

SECRETÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

POR PAULO ROQUE

Segundo Carlos Augusto Klink, o Brasil será construtivo ao facilitar as negociações sobre um dos itens mais controversos até o momento, a diferenciação. Nesta entrevista à ***Agroanalysis***, ele explica que a proposta brasileira chama os países desenvolvidos a assumirem compromissos ambiciosos com a redução nas emissões de gases do efeito estufa (GEEs) e a reforçarem o apoio aos países em desenvolvimento nas suas ações de mitigação e adaptação. "É com esse espírito que iremos a Paris, levando uma INDC [Contribuição Pretendida Nacionalmente Determinada] ambiciosa e, ao mesmo tempo, justa em relação ao papel e à contribuição do Brasil frente ao mundo, no período pré-2020", conclui Klink.



AGROANALYSIS: O PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA (PNA) APRESENTADO EM DEZEMBRO DE 2008 FICOU SUPERADO?

CARLOS AUGUSTO KLINK: O PNA é um documento estratégico que se encontra em elaboração no âmbito do governo federal desde meados de 2013. Não cabe, assim, falar em superação. Este Plano soma-se aos esforços brasileiros anteriormente empreendidos para fazer frente à mudança do clima, a exemplo do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaborado em 2008, e dos Planos Setoriais que se seguiram.

QUAL É A DIFERENÇA ENTRE OS DOCUMENTOS BRASIL 2040 E PNA?

CAK: Trata-se de duas iniciativas para a agenda de adaptação à mudança do clima, a qual teve avanços nos últimos três anos. O PNA pode ser considerado o primeiro esforço nacional para a discussão estruturada e sistemática sobre adaptação à mudança do clima, trazendo para a agenda

órgãos setoriais de governo, sociedade civil, setor privado e demais esferas de governo. O processo de construção do Plano é um ponto forte, pelo seu caráter participativo e colaborativo.

Seu principal objetivo é promover a gestão e a diminuição do risco associado aos efeitos adversos da mudança do clima. Sua premissa é de que, como o clima futuro mudará, será necessário aproveitar as oportunidades emergentes, evitar perdas e danos e construir instrumentos para a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura. Isso contribui para o processo de desenvolvimento nacional em bases sustentáveis. Ao todo, foram propostas onze estratégias temáticas no PNA, sendo temas de destaque a agricultura, os recursos hídricos, a biodiversidade, as zonas costeiras e a saúde.

Para a elaboração do PNA, foram consideradas sinergias com outras iniciativas em curso, a exemplo do Projeto Brasil 2040, concebido e executado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PODEM AFETAR A VAZÃO DOS RIOS E A GERAÇÃO DE ENERGIA?

CAK: Com certeza podem, mas não há certeza sobre em que medida isso pode acontecer. Esse tipo de preocupação motiva, também, a discussão sobre adaptação à mudança do clima em relação à perda de biodiversidade, a impactos na saúde, ao aumento do nível do mar na zona costeira, à ocorrência de desastres, à agricultura, à segurança alimentar, entre outros. Por meio de modelos de projeção de clima futuro, podemos fazer estimativas sobre o comportamento da temperatura, chuvas e outras dezenas de parâmetros até o final do século.

O DESMATAMENTO É UM PESADELO PARA O MMA?

CAK: A supressão da vegetação nativa é um dos principais problemas ambientais do mundo. No Brasil, o desmatamento é um processo com histórico longo e causas complexas. Na Amazônia, esse processo, historicamente, está muito conectado à consolidação da posse da terra, ao aproveitamento de oportunidades econômicas advindas das atividades agropecuárias e às fragilidades do controle estatal.

“POR MEIO DE MODELOS DE PROJEÇÃO DE CLIMA FUTURO, PODEMOS FAZER ESTIMATIVAS SOBRE O COMPORTAMENTO DA TEMPERATURA, CHUVAS E OUTRAS DEZENAS DE PARÂMETROS ATÉ O FINAL DO SÉCULO.”

Após atingir quase 28.000 km² de desmatamento anual entre 2003 e 2004, com forte tendência de aumento, o governo federal lançou, em 2004, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). As taxas no triênio 2012/13/14 registraram um patamar de cerca de 5.000 km², uma queda de 82% em relação a 2004. Esses são os melhores resultados desde o início das medições do desmatamento na Amazônia, em 1988.

A preocupação do Governo continua. Na Amazônia, os estudos mostram concentração do desmatamento em lotes abaixo de 25 hectares, dificultando a detecção pelos satélites. Nesse sentido, o Governo prepara uma nova versão do Sistema DETER (Detecção do Desmatamento em

Tempo Real) para identificar desmatamento em polígonos menores. Com o apoio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), as ações de fiscalização em campo serão mais capilarizadas e inteligentes.

Os desafios atuais passam pela expansão dos sistemas de monitoramento para outros biomas e pela implementação do novo Código Florestal. Esse passo trará segurança ao setor produtivo e iniciará a regularização ambiental dos imóveis. Com essa nova visão, o governo federal assume metas, como nas declarações conjuntas com os EUA e a Alemanha, no caminho da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de Paris (COP-21). Nesse sentido, o MMA colocou em consulta pública uma proposta de Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), com um conjunto de estratégias para garantir a recuperação das áreas desmatadas.

O desmatamento está sendo enfrentado com alinhamento às políticas públicas, investimentos tecnológicos e engajamento de diversos setores. O objetivo é aumentar cada vez mais os riscos da atividade ilegal e valorizar quem produzir dentro das regras.

DESDE O FRACO RESULTADO PRÁTICO DA COP-15, DE COPENHAGUE, EM 2009, AS DISCUSSÕES SOBRE O CLIMA PERDERAM FORÇA?

CAK: Pelo contrário. A COP-16, realizada em Cancún (México), resgatou a confiança no multilateralismo, fortalecido na COP-17, em Durban (África do Sul), quando se adotou a Plataforma como documento para renovar os acordos na redução das emissões de gases do efeito estufa (GEEs). A COP de Paris será o final desse ciclo, com o início de uma nova fase do multilateralismo, quando o Brasil espera que passemos para um período de plena implementação da Convenção.

Desde 2009, quando foi promulgada a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Brasil apresentou o compromisso nacional voluntário de reduzir de 36,1% a 38,9% as emissões de GEEs projetadas para 2020. O Decreto que a regulamenta, de 2010, apresentou como ações para este objetivo os Planos Setoriais e de combate ao desmatamento nos biomas. Assim, foram revisados os Planos existentes na Amazônia (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado), junto com o Plano Decenal de Energia. Em 2013, foram lançados novos Planos Setoriais (Plano ABC, Indústria, Mineração, Saúde, Transporte e Mobilidade Urbana). As ações são transversais e implementadas por vários Ministérios, articulados com representantes da sociedade civil, da Academia e do setor privado. O resultado, até agora, foi uma redução de 41% nas emissões de GEEs, entre 2005 e 2012. É a maior redução alcançada pelos países.

COMO ESTÃO OS PREPARATIVOS PARA A CONFERÊNCIA DO CLIMA DE PARIS (COP-21)?

CAK: Um dos pontos mais importantes é a elaboração da Contribuição Pretendida Nacionalmente Determinada (INDC, na sigla em inglês). Desde 2014, o governo brasileiro promove consultas entre representantes do setor privado, da sociedade civil e da Academia. Esse processo é coerente com a proposta apresentada na COP-19,

> “NA AMAZÔNIA, OS ESTUDOS MOSTRAM CONCENTRAÇÃO DO DESMATAMENTO EM LOTES ABAIXO DE 25 HECTARES, DIFICULTANDO A DETECÇÃO PELOS SATÉLITES.”

> “O RESULTADO, ATÉ AGORA, FOI UMA REDUÇÃO DE 41% NAS EMISSÕES DE GEES, ENTRE 2005 E 2012. É A MAIOR REDUÇÃO ALCANÇADA PELOS PAÍSES.”

de 2013, em Varsóvia (Polônia), de se estabelecer um processo de consultas domésticas à sociedade de cada país para a definição das contribuições a serem apresentadas antes da COP-21, de Paris.

O governo federal conduziu, desde 2014, por intermédio do Itamaraty, o seu processo de consulta doméstica sobre as INDC. Adicionalmente, por solicitação da presidente da República, a ministra do Meio Ambiente, em coordenação com outros Ministérios, conduziu diálogos com atores de governo, Academia, sociedade civil organizada e setor privado. O resultado destas consultas forneceu indicadores para dimensionar o grau das possibilidades do País quanto aos esforços de redução de emissões após 2020 e na área da adaptação à mudança do clima.

Vanguarda no tema, o Brasil, mais uma vez, será construtivo ao facilitar as negociações sobre um dos itens mais controversos até o momento, ou seja, a diferenciação. A proposta brasileira, conhecida como diferenciação concêntrica, chama os países desenvolvidos a assumirem compromissos ambiciosos com a redução nas emissões de GEEs e a reforçarem o apoio aos países em desenvolvimento nas suas ações de mitigação e adaptação.

É com esse espírito que iremos a Paris, levando uma INDC ambiciosa e, ao mesmo tempo, justa em relação ao papel e à contribuição do Brasil frente ao mundo, no período pré-2020.

PODEMOS ACREDITAR QUE TEREMOS UM ACORDO PÓS-KYOTO?

CAK: Para que se logre um cenário favorável, várias barreiras precisarão ser vencidas. Se o acordo de Paris for ambicioso e justo, iniciaremos uma nova fase da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima. O seu foco não será mais a negociação. O Protocolo de Kyoto é um exemplo relevante de implementação da Convenção baseada em regras. O acordo de Paris precisará contemplar esse aprendizado. As INDC refletem as contribuições dos países, baseadas em suas diferentes circunstâncias nacionais. O quadro mais relevante virá de uma avaliação agregada de todas as contribuições para conduzir o mundo a um aumento não superior a 2°C da temperatura média global em relação aos níveis do início da Revolução Industrial. ■



FRASES & COMENTÁRIOS



AURORAALIMENTOS.COM.BR

O cooperativismo mudou o cenário no campo, reduzindo as incertezas que cercam a atividade agropecuária.

MÁRIO LANZNASTER, presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos

A OIT tem se preocupado muito com a questão da pobreza no meio rural, e a educação está diretamente relacionada a isso. Estudos apontam que um a cada cinco jovens é analfabeto no meio rural do Centro-Oeste.

FERNANDO VARGAS, especialista sênior em formação profissional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao participar do painel 'Educação como Fator de Transformação das Pessoas e da Realidade na Agricultura', na Bienal dos Negócios da Agricultura, em Campo Grande-MS

Eu acho que há escondida na produção da cana-de-açúcar quase uma Itaipu de energia.

PROFESSOR DELFIM NETTO, ex-ministro da Fazenda e da Agricultura

Brasil e Estados Unidos devem produzir juntos mais 200 milhões de toneladas de soja na temporada 2015/16.

GIOVANI FERREIRA, colunista do jornal paranaense Gazeta do Povo

O conhecimento mora na cabeça, mas entra pelas mãos.

CLAUDIO DE MOURA CASTRO, doutor em Economia e professor universitário, ao destacar uma máxima deixada pela secular entidade francesa Corporação de Ofício, durante o painel sobre educação na Bienal dos Negócios da Agricultura

O produtor do futuro não precisa de *cases* de sucesso, e sim de estrutura para garantir o seu êxito profissional.

DANIEL CARRARA, secretário executivo do SENAR Central, durante o painel 'Qualificação e educação profissionais como fatores de transformação das pessoas e da realidade na agricultura', na Bienal dos Negócios da Agricultura Brasil Central, realizada em Campo Grande-MS

Existe um medo por parte dos produtores da cadeia de lácteos no Brasil de investir em melhorias de pastagens e modificações de sistemas de alimentação e genética dos animais.

ALBERTO FIGUEIREDO, diretor da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

A agricultura é uma das áreas mais estratégicas da relação Brasil-China, e estou convencido de que temos que ampliar esta cooperação.

ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, novo embaixador do Brasil na China

A defesa sanitária é o maior passaporte para exportar para o mundo.

FRANCISCO TURRA, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

A maior captação de carbono na agricultura vem das florestas, e esse benefício precisa ter um valor de mercado. O produtor precisa receber por isso.

ELIZABETH DE CARVALHAES, presidente da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá)

CENÁRIO ECONÔMICO

BECO SEM SAÍDA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

SEM SOMBRA de dúvida, o momento atual da economia brasileira é o mais delicado desde a estabilização da inflação em patamar baixo. Sob essa perspectiva, nossa economia não registrou crescimento no ano passado, e tudo indica que a retração do PIB em 2015 deverá ser próxima a 3%. Para agravar esse quadro, as projeções para o ano que vem apontam para uma nova retração do PIB brasileiro. Esse representa o período recessivo mais longo desde o início dos anos 90. Confirmando-se esse cenário, o PIB brasileiro terá retraído, neste triênio, mais do que quando da queda registrada durante o Plano Collor, no começo da década de 1990.

A gravidade da situação remonta ao fato de que não existem, no momento, canais do lado da demanda agregada que possam estimular o crescimento econômico. Do lado do consumo das famílias, o alto endividamento relativo dos últimos anos, amparado pela política de expansão de crédito do Governo, torna pouco factível uma expansão da demanda por meio desta componente. Esse fenômeno tende a ser agravado



ISTOCKPHOTO

por conta do choque adverso de preços que as famílias enfrentam neste momento, derivado da alta das contas de energia elétrica, combustíveis, transportes etc., o que compromete ainda mais seu orçamento.

Do lado dos investimentos produtivos, as perspectivas também não são favoráveis, uma vez que o quadro recessivo atual não enseja o empresariado nacional a ampliar seus investimentos neste momento. Ao contrário disso, a capacidade ociosa existente em vários setores da economia brasileira reduz o apetite por investimentos produtivos. Em outras palavras, também não é razoável esperar estímulos do lado da demanda agregada por conta dos investimentos.

No que tange aos gastos do Governo, as perspectivas também não são favoráveis em relação à sua capacidade para lidar com a recessão neste momento. Ao contrário, a necessidade de realizar um ajuste fiscal agora indica que os gastos do Governo devem ser relativamente contidos. Ou seja, também não é de se esperar que ocorram estímulos significativos à demanda via gastos do Governo.

A única componente de demanda agregada que pode trazer algum alívio para a economia brasileira vem do setor externo. Nesse sentido, a depreciação do real frente ao dólar nos últimos meses representa um estímulo às exportações, com perspectiva positiva para as vendas externas. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento da nossa moeda torna as importações relativamente mais caras neste momento, o que deve ter algum efeito para estimular a produção doméstica em substituição aos produtos importados.

Infelizmente, a somatória desses elementos não inspira maior otimismo quanto ao desempenho da economia brasileira no médio prazo. Ao mesmo tempo, a política econômica do Governo, no momento, mostra-se orientada para corrigir os erros e os excessos do passado recente, marcado por uma tolerância quanto à inflação mais elevada e por um crescente desajuste das contas públicas.

Nesse sentido, a orientação da política econômica tem sido na direção de conter o processo inflacionário em curso e inverter o sentido de deterioração das contas públicas brasileiras. Isso se traduz no processo de aperto monetário promovido pelo Banco Central, com a elevação da meta da taxa básica de juros – Selic – para o patamar atual. Esse processo, embora essencial para combater a inflação alta, tem como efeito agravar o quadro recessivo atual. Ao mesmo tempo, o ajuste do lado fiscal traduziu-se em uma tentativa de cortar gastos públicos e aumentar impostos, ambos movimentos malsucedidos ante os quadros econômico e político atuais.

Sem sombra de dúvida, o quadro delineado materializa-se em um pessimismo dos agentes econômicos com relação à economia brasileira não apenas quanto a seu desempenho de curto prazo, mas também sob a perspectiva de um horizonte mais amplo.

Lamentavelmente, não há muito a ser feito no curto prazo para reverter esse cenário. Nesse sentido, propostas de elevação de gastos públicos ou redução forçada da taxa de juros apenas agravariam o já precário quadro da economia brasileira. ■

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

NÃO É HORA DE ESPECULAR

Sendo a função do produtor garantir seus custos, e não especular, com o dólar a R$ 4, a venda da safra futura garante lucros razoáveis. Com preços ao redor de R$ 60 por saca, em Goiás, e R$ 68, no Paraná, considerando uma produtividade de 55 sacas/hectare, as receitas atingem R$ 3.300,00 e R$ 3.740,00, respectivamente. Lucro certo. O dólar pode subir mais, mas a função do produtor não é especular!

COP-21 FRENTE ÀS EMISSÕES DE GEE

Com a aproximação da 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-21), que ocorrerá em Paris, no mês dezembro, as atenções voltam-se para a definição do documento ("rascunho zero") que servirá de base para os trabalhos. Os encontros estão sendo feitos em Bonn, na Alemanha, com participação de 195 delegados, com a missão de definir as bases do conteúdo para o acordo global do clima. A última reunião aconteceu no final de agosto e no início de setembro.

O relatório do Climate Action Tracker tem servido de referência para os trabalhos. De acordo com o estudo, caso continuem no nível em que estão, as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) causarão um aumento climático da ordem de 2,9 a 3,1° até 2100, gerando danos ao Planeta que não poderão ser revertidos.

MUNDO: EMISSÕES DE GÁS CARBÔNICO, EM 2011

MIL TONELADAS

China	2.459.600
EUA	1.446.800
Índia	565.700
Rússia	493.100
Japão	323.900
Alemanha	198.900
Coreia do Sul	160.700
Irã	160.000
Indonésia	153.800
Arábia Saudita	141.900
Canadá	132,400
África do Sul	130.100
México	127.200
Reino Unido	122.200
Brasil	119.800

Fonte: United States Environmental Protection Agency

UNIÃO CONTRA *INFLUENZA* AVIÁRIA

A condição de único continente sem registrar nenhum caso de *influenza* aviária levou os países da América Latina a traçarem uma estratégia unificada de prevenção ao vírus. Entre as medidas tomadas, estão a elaboração de planos de contingência e medidas de biosseguridade.

Diante desse contexto, está prevista a montagem de um sistema de vigilância permanente que trabalhará em consonância com as recomendações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Para o Brasil, a rota das aves migratórias que vêm do continente norte-americano, a vasta fronteira com países que não levam questões sanitárias tão a sério e a presença natural das aves silvestres no meio ambiente tornam o risco do vírus eminente.

COGERAÇÃO DE ENERGIA A PARTIR DA CANA

A capacidade instalada no Brasil, em 2014, para realizar a cogeração de energia a partir de biomassa era de 13,211 mil megawatts, 10% do total existente para todas as fontes de eletricidade no País. Para 2015, a previsão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é de um acréscimo de 4%. De acordo com o gerente de Bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Zilmar de Souza, "a biomassa pode gerar seis vezes mais energia, com investimentos no chamado *retrofit* [modernização do parque industrial com equipamentos mais produtivos]".

TRANSGÊNICOS NA SAFRA 2015/16

O plantio das culturas transgênicas de soja, milho e algodão vai totalizar 44,2 milhões de hectares na safra 2015/16, segundo a projeção da consultoria Céleres. Esta área possui a representação de 90,7% do total semeado nestas três lavouras. É uma área 3,9% acima da da safra passada.

O mercado deve receber mais transgênicos complementares aos existentes, com maior espectro de controle de insetos (desfolhadores e de solo) e tolerância a outros herbicidas (2,4-D, herbicidas do grupo das imidazolinonas, herbicidas do grupo "fop", dicamba).

PRAGAS PREJUDICIAIS ÀS LAVOURAS DO BRASIL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) catalogou e colocou como prioridade de controle oito pragas de maior potencial para provocar prejuízos às lavouras. O próximo passo será a definição dos procedimentos de levantamentos fitossanitários integrados com o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) para identificar as prioridades ano a ano.

Pragas prioritárias

1. Ferrugem da soja
2. Mofo branco
3. *Helicoverpa armigera* (lagarta)
4. Mosca branca
5. Nematoides
6. Broca-do-café
7. Ervas daninhas resistentes
8. Bicudo-do-algodoeiro



APROSOJAGO.COM.BR


ISTOCKPHOTO

COMPETITIVIDADE DA LOGÍSTICA

No final do primeiro semestre, o Governo lançou um plano de concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que prevê investimentos de R$ 198,4 bilhões, sendo R$ 69,2 bilhões até 2018 e mais R$ 129,2 bilhões até o fim das concessões, que será em cerca de trinta anos.

Segundo Luiz Antonio Fayet, membro da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, do MAPA, "com a melhor racionalização no escoamento da produção, é possível baratear os custos de logística em torno de US$ 60 a US$ 80 por tonelada de soja ou milho colhidos em áreas de fronteira agrícola". Os custos logísticos fora da fazenda no Brasil equivalem, em média, a quatro vezes os custos argentinos e norte-americanos, por causa da falta de infraestrutura.

PLATAFORMA DE GESTÃO AGROPECUÁRIA (PGA)

O MAPA instituiu a PGA, um sistema público informatizado que acompanhará a gestão de trânsitos animal e vegetal, a rastreabilidade animal e a inspeção e a fiscalização de produtos de origem animal. "A partir de agora, os estados e o Distrito Federal poderão fornecer regularmente ao MAPA dados para um banco único de informações", diz o coordenador de Articulação Institucional da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), do MAPA, Diego Costa. A PGA conta com 4 milhões de estabelecimentos rurais cadastrados, desde 2009, com dados do SUASA, fornecidos pela União, pelos estados e pelos municípios.

GREENING NA CITRICULTURA

Relatório do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) mostra levantamento do *greening* nos pomares de laranja do cinturão paulista e do Triângulo Mineiro. De acordo com os dados coletados, a doença alcança 17,8% das laranjeiras. Isso significa que há 35 milhões de árvores doentes, sendo que, em 44% delas, os sintomas são severos. De 2012 até agora, a incidência aumentou 159%. O primeiro foco da doença foi detectado no estado de São Paulo, em 2004. Desde 2005, mais de 15 milhões de plantas foram arrancadas dos pomares paulistas, segundo dados dos citricultores.

COMMODITIES AGRÍCOLAS

A ÚLTIMA PEÇA DO VELHO CENÁRIO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

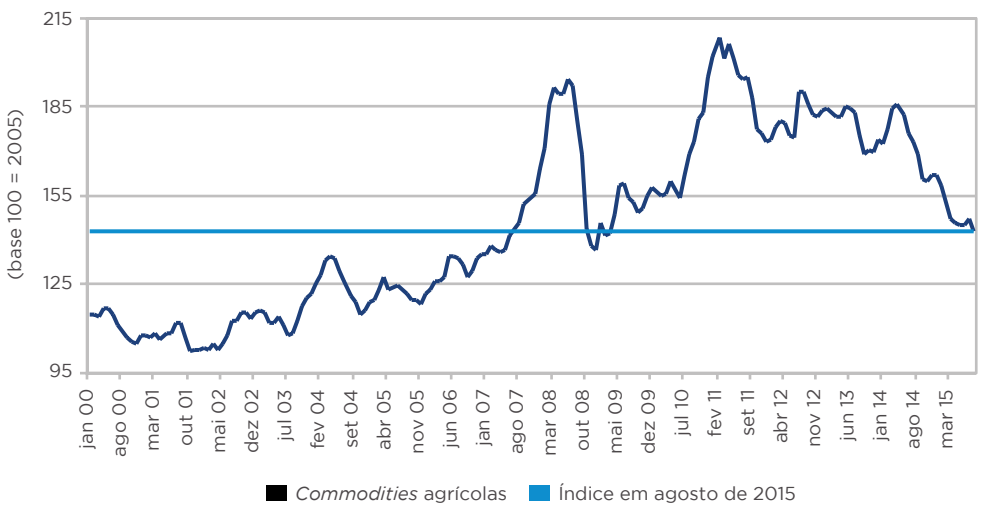
HÁ UM grande conjunto de evidências que sugerem que o *boom* das *commodities* dos últimos anos é explicado, em parte, pelos fundamentos e, em parte, pelos movimentos da atividade financeira.

Enquanto a desaceleração da economia chinesa representa um enfraquecimento dos fundamentos, o fim da política monetária expansionista norte-americana representa a futura queda da última peça que sustentou o *boom* do período anterior. Estes dois movimentos não representam uma crise – ao menos até o momento –, mas a volta da economia mundial à sua normalidade.

Para os mercados de *commodities*, os últimos anos são caracterizados como um período de *boom*. Desde o início da década passada, as cotações das *commodities* registraram forte crescimento e, a partir do segundo semestre de 2007, operaram em patamares recordes, ao menos em termos nominais. Embora as *commodities* agrícolas, na média, tenham apresentado uma tendência de queda desde o seu pico, em fevereiro de 2011, esse declínio, a par-

ÍNDICE DE PREÇOS DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS DEFLACIONADO PELA INFLAÇÃO NORTE-AMERICANA

CPI – CONSUMER PRICE INDEX



Fonte: FMI; U.S. Bureau of Labor Statistics

CRESCIMENTO DAS ECONOMIAS MUNDIAL, AVANÇADAS E EMERGENTES (%)

	2002-2008	2008-2011	2012-2015*
Economia mundial	4,2	2,9	3,6
Economias avançadas	2,4	-0,2	1,5
Economias emergentes	6,3	5,9	5,2

* Projeções do FMI
Fonte: FMI

tir do primeiro semestre de 2014, tornou-se bem mais intenso. O argumento mais comum para esse fenômeno é a desaceleração da economia mundial, em geral, e da economia chinesa, em especial. Apesar de verdadeiros, estes eventos não esclarecem todo o processo, pois parte da dinâmica dessas cotações é explicada pela influência exercida pela atividade financeira. A manutenção da taxa de juros norte-americana no intervalo entre 0,00% e 0,25% a.a. representa a última peça que sustentou o *boom* dos últimos anos. Ela não estará lá no ano que vem.

ECONOMIA MUNDIAL PUXANDO PARA BAIXO AS *COMMODITIES*?

Um argumento comum para explicar a queda das cotações das *commodities* é a desaceleração da economia mundial e da economia chinesa. Embora essa influência seja válida, algumas questões permanecem abertas:

- Se *commodities*, com exceção do petróleo e dos metais preciosos, tendem a acompanhar a expansão da demanda agregada mundial, por que as cotações desses produtos quebraram picos históricos entre 2008 e 2011, justamente quando a economia mundial estava na sua pior crise desde 1929?

- Por que os preços das *commodities* entraram em tendência de queda após 2011 e, com intensidade ainda maior, após 2014, se a economia mundial tem registrado uma taxa média de crescimento maior entre 2012 e 2015 (3,6% a.a.) do que no período entre 2008 e 2011 (2,9% a.a.), quando os picos históricos foram quebrados?

A hipótese de que as cotações das *commodities*, na verdade, tenham respondido mais ao crescimento das economias emergentes do que ao crescimento da economia mundial também não se sustenta sozinha:

- Por que os preços dessas *commodities* não operaram em patamares maiores entre 2002 e 2008, quando as economias emergentes cresciam a uma taxa média maior (6,9% a.a.) do que nos últimos anos (5,2% a.a., entre 2012 e 2015)?

ESTOQUES ELEVADOS PARA TODOS?

Outro argumento muito comum para explicar a quedas das cotações das *commodities* agrícolas é o excesso de oferta em praticamente quase todos os mercados. Por trás dessa abundância de oferta está a desaceleração da demanda agregada mundial, resultado da redução do ritmo de crescimento, principalmente da economia chinesa. Embora correto, esse argumento está incompleto. Entre os pontos que não ficam claros, dois merecem destaque:

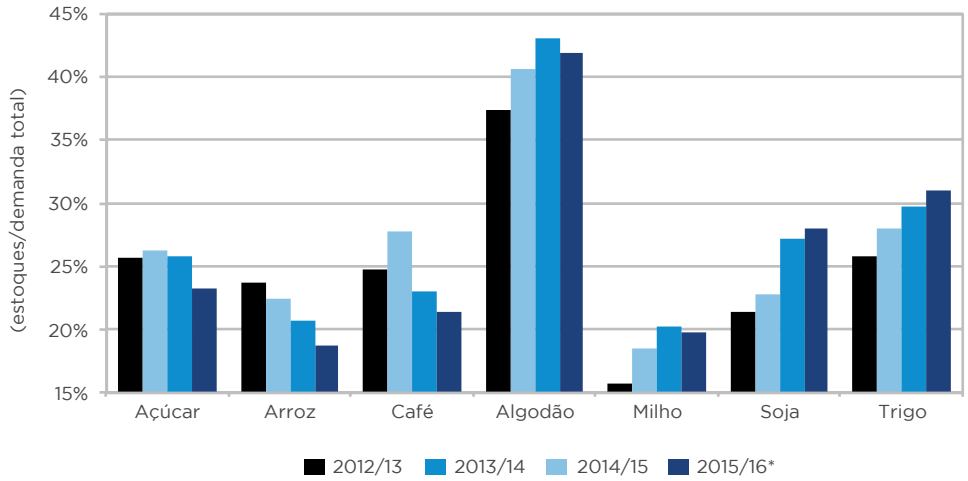
- A desaceleração da economia chinesa não significa que os chineses demandarão menos *commodities* agrícolas, mas que o seu consumo crescerá com menor intensidade e, contudo, ainda assim, se expandirá;

- Excesso de oferta implica elevação de estoques. Todavia, há diversas *commodities* em que as cotações estão caindo mesmo com contração da relação estoques/demanda total:

  - » Açúcar e arroz: a relação estoques/demanda total está em contração há pelo menos três safras;

  - » Milho e algodão: apesar da elevação dos estoques nas últimas safras, a previsão para a safra atual é de queda ou de quase manutenção dos níveis atuais.

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO ESTOQUES/DEMANDA TOTAL NAS ÚLTIMAS QUATRO SAFRAS PARA AS PRINCIPAIS *COMMODITIES* DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO



* Projeções do USDA
Fonte: USDA

A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FINANCEIRA: O FIM DA ERA DO DÓLAR FRACO

Commodities são uma classe de ativo financeiro, isto é, representam uma opção de investimento, tal qual títulos públicos, títulos privados, ações, moedas etc. Caso as *commodities* passem a apresentar uma perspectiva de retorno mais interessante do que os demais ativos, por exemplo, devido a uma situação favorável dos seus fundamentos (expectativas de escassez de oferta ou de excesso de demanda), elas passam a atrair um volume maior de recursos dos investidores, elevando suas cotações nos mercados de futuros e, na sequência, seus preços nos mercados *spot*. Foi justamente isso o que aconteceu após 2008: a crise fez com que a expectativa de retorno de ações, títulos públicos e títulos privados nas economias centrais ficasse menos atraente; consequentemente, houve forte migração de recursos para as *commodities*, contribuindo para que, mesmo com a desaceleração da economia mundial, seus preços quebrassem picos históricos de forma praticamente generalizada.

A sinalização, no mês passado, de que a taxa de juros norte-americana será elevada ainda neste ano (apontamento de treze dos dezessete diretores do Banco Central dos Estados Unidos – Fed) representa a futura queda da última peça de permitiu que as *commodities* operassem em patamares de preços tão altos. Com essa sinalização, o Fed mostrou a todos que irá cautelosamente reduzir a oferta de dólares no mercado mundial. Logo, a moeda norte-americana deverá ficar cada vez mais cara. Na verdade, como os agentes no mercado buscam sempre antecipar as decisões das autoridades monetárias e como a economia norte-americana tem mantido um desempenho favorável, o dólar já vinha se valorizando há tempos, principalmente a partir do primeiro semestre de 2014.

Para se ter uma dimensão da influência da atividade financeira sobre as cotações das *commodities* agrícolas, basta notar que a queda observada nos preços desde 2014 é menor (açúcar, algodão, soja e trigo) e, em alguns casos, inexistente (arroz e milho, afinal seus estoques estão com perspectivas de queda!) se precificarmos estas cotações não mais em dólares, mas em outra moeda amplamente conversível no mercado internacional, como o euro. Por trás dessa dinâmica há o excesso de dólares no mercado internacional; conforme a moeda norte-americana se valorizava, as *commodities* precificadas nesta moeda precisavam reduzir sua cotação para manter seu valor "real". ■



DICOM

AGRONEGÓCIO: O FUTURO CHEGOU.

MESTRADO PROFISSIONAL EM AGRONEGÓCIO

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO: AGROENERGIA | ECONOMIA E GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

O Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV/EESP oferece duas áreas de concentração: Agroenergia e Economia e Gestão do Agronegócio.

Destina-se a profissionais experientes que buscam aprofundar seus estudos e qualificar-se para a administração de empresas direta ou indiretamente ligadas ao Agronegócio e à Agroenergia. O curso conta com professores experientes da FGV, Embrapa e Esalq.

Conheça também os Cursos Master da EESP.

INSCRIÇÕES:
de 27 de julho a 13 de novembro de 2015
www.fgv.br/eesp/escolhaseucurso

FGV EESP

CONVERSÃO DE CULTURAS

FATORES DA EXPANSÃO DA CANA NO CERRADO MINEIRO

BRUNO BENZAQUEN PEROSA* ANTÔNIO CÉSAR ORTEGA*
CLÉSIO MARCELINO DE JESUS*

* Professores do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU) e pesquisadores do Núcleo de Estudos Rurais (NERU)

A DECISÃO de qual atividade desenvolver em sua propriedade implica uma complexa análise de investimento por parte do produtor rural. Dentre as dimensões envolvidas nesta decisão, destacam-se elementos financeiros ligados à produção e à comercialização, bem como fatores culturais do produtor. A seguir, são apresentados três fatores diretamente relacionados ao processo de troca de culturas agropecuárias observado no cerrado mineiro ao longo da última década.

Estes fatores explicam parte considerável do processo de conversão de culturas, em que as pastagens respondem pela maior parte das áreas ocupadas pela cana-de-açúcar na região considerada. Já o café vem cedendo bem menos área para a cana. Processo semelhante vem ocorrendo no Centro-Oeste brasileiro, especialmente nos estados de Goiás e Mato Grosso, ou, mesmo, em novas regiões produtoras no estado de São Paulo, como Presidente Prudente e Araçatuba.

1. RENTABILIDADE E IMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Como qualquer atividade econômica, as decisões de investimento baseiam-se em uma expectativa de rentabilidade financeira futura, sendo esta determinada por elementos ligados aos custos de produção e aos preços de venda.

Uma característica relevante do setor agrícola relaciona-se ao longo prazo de retorno dos investimentos, especialmente nas culturas permanentes, como a cafeicultura ou a citricultura. Geralmente, são necessários mais de dez anos para "pagar" a formação dos pomares, a manutenção da cultura e a infraestrutura necessária para a sua produção.

Essa barreira desestimula a conversão de culturas, mesmo que a rentabilidade não esteja satisfatória no curto prazo. Atividades que apresentam menos ativos imobilizados tendem a ser mais facilmente convertidas, como é o caso da pecuária.

2. RISCOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

A atividade agrícola possui particularidades quando comparada a outras atividades econômicas, pela forte influência que sua produção sofre de fatores externos e por a sua interação com a natureza quase sempre estar fora do controle dos produtores. Nesse sentido, os fenômenos climáticos têm forte impacto sobre os riscos de produção e podem afetar de forma direta uma cultura agrícola. Há que se mencionar, ainda, a incidência de pragas e outros fenômenos biológicos que afetam a produtividade agrícola.

No que tange à comercialização, cabe mencionar que existe uma diferença considerável de poder de barganha em relação aos elos a montante (insumos) e a jusante (indústria ou *tradings*).

São "enfrentamentos" com oligopsônios e/ou monopsônios e oligopólios e/ou monopólios. Assim, os lucros da produção agrícola podem perder-se na compra dos insumos e na venda da produção, e, por isso, a organização de produtores por meio de associações e cooperativas é tão importante no setor agrícola, como forma de reduzir a assimetria de poder.

3. IDENTIDADE E FATORES CULTURAIS

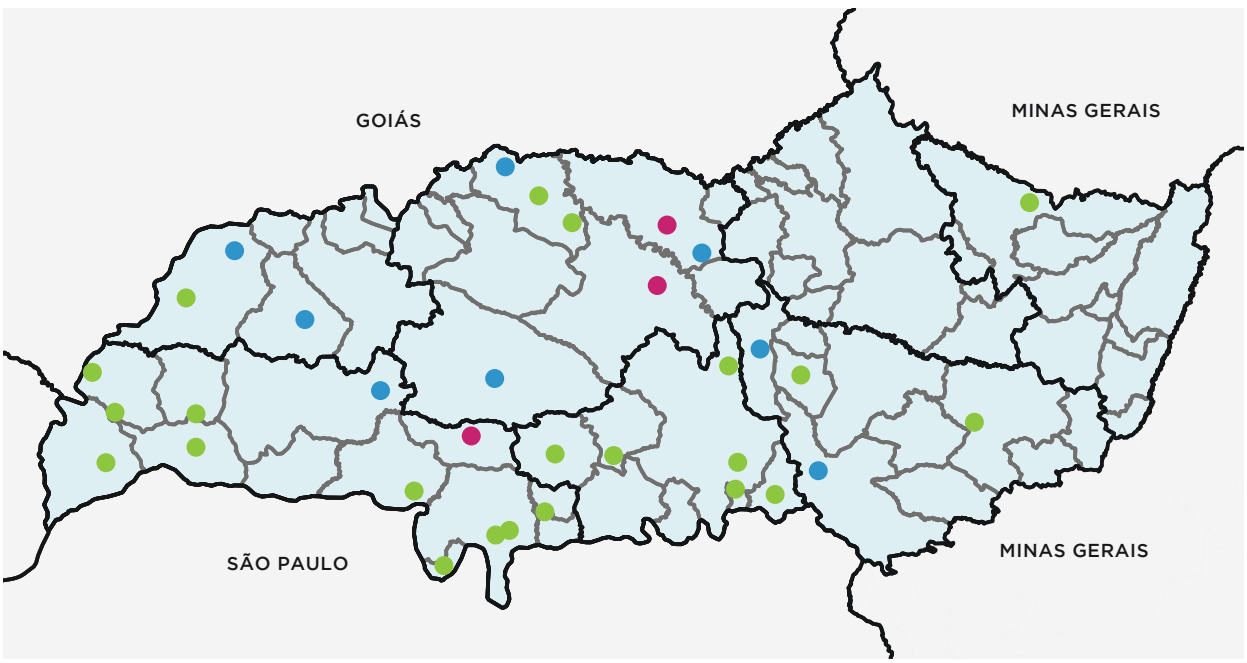
Estudos sociológicos nos chamam a atenção para evidências de que a decisão de um agente econômico ultrapassa a esfera econômica. Assim, a existência de vínculos culturais com algumas atividades pode ser determinante na escolha de mudar para outra cultura. No setor agrícola, estes vínculos tendem a ser reforçados pelas especificidades de cada cultura, em que o "saber fazer" do produtor não é completamente transferível entre diferentes atividades.

Nesse sentido, a existência de associações e cooperativas vinculadas a uma determinada cultura reforça a construção de uma identidade do produtor com a cultura predominante em sua região. Tais elementos "externos" à propriedade afetam as decisões individuais dos produtores, mesmo em situações de rentabilidade adversa.

A expansão da cana no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP)

A região do TMAP é notória pelas produções pecuária, de grãos (soja, arroz e milho) e de café. Ao

USINAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA



- Usinas de cana-de-açúcar instaladas
- Usinas de cana-de-açúcar em projeto de instalação
- Usinas de cana-de-açúcar de biodiesel em projeto de instalação

Fonte: Malhas Digitais (IBGE, 2010) *apud* Reis (2010)

longo da última década, a cana-de-açúcar expandiu-se de forma acentuada neste território, por meio da instalação de diversas usinas de açúcar e álcool.

Imagens por satélite revelam que as lavouras de cana-de-açúcar passaram a ocupar principalmente áreas de pastagens (cerca de 70%). Os 30% restantes ocorreram em áreas anteriormente utilizadas nas culturas de arroz e milho, enquanto o café foi a cultura que cedeu o menor espaço para a cana. Ao se observar a localização das usinas instaladas na região do TMAP, pode-se observar que aquelas instaladas ou as que estão em projeto de instalação estão concentradas nas partes sul e oeste da região, enquanto a atividade cafeeira está concentrada nas partes leste e norte.

Não negligenciando questões edafoclimáticas e topográficas, que limitam a expansão da cana-de-açúcar em certas áreas, é interessante notar que há maior flexibilidade de conversão das áreas pecuárias se comparadas às de outras culturas, como o café.

Inicialmente, a pecuária apresenta maior liquidez, sendo possível abater o rebanho ou transferi-lo de forma relativamente rápida e com reduzido custo. Entretanto, alguns estudos vêm mostrando uma recuperação do número de cabeças de gado bovino nos últimos anos, particularmente em decorrência do confinamento ou do semiconfinamento. Assim, pode-se concluir que aquela expansão da cana-de-açúcar deu-se sobre as terras de pecuária extensiva.

Apesar de apresentar riscos de produção reduzidos, em parte devido às recentes melhorias nos serviços de vacinação e fiscalização fitossanitárias, observa-se um risco de comercialização considerável na atividade pecuária devido à elevada assimetria de poder entre pecuaristas e frigoríficos. A recente concentração do setor frigorífico tem agravado esse problema, e alguns estudos já observam uma redução da margem de lucro dos pecuaristas em relação à da indústria.

Por fim, observa-se uma vinculação relativamente baixa de muitos pecuaristas com a atividade. Em algumas regiões, esta atividade é utilizada como uma forma de investimento por profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados). Tais produtores apresentam menor resistência em converter suas áreas caso uma nova cultura apresente uma rentabilidade mais elevada. De outro lado, a prática do arrendamento das terras por parte das usinas também é vislumbrada como uma boa opção, particularmente em virtude do exercício de outras atividades por estes produtores.

É interessante observar que a cafeicultura encontra-se no ponto oposto desse espectro. Com relação à maturação dos investimentos, observa-se um longo ciclo, em que cafezais levam quase uma década para se pagar, o que inibe o abandono da cultura no curto prazo. Deve-se ressaltar, ainda, o elevado investimento imobilizado dos cafeicultores; vários investimentos são específicos e de difícil conversão, como é o caso de tratores fruteiros, equipamentos, colheitadeiras, terreirões, secadores, estrutura de beneficiamento, entre outros, o que dificulta a sua migração para outros setores. Confirmando essa tese, vale lembrar que, mesmo em momentos de crise, como em 2000 e 2001, a maioria dos produtores não abandonou a cultura.

Em relação ao aspecto cultural, a cafeicultura também apresenta um perfil diverso em relação ao da pecuária, com maior presença de agricultores especializados na atividade agrícola. Também se observa uma grande vinculação cultural dos produtores com esta atividade, especialmente nas regiões tradicionais, como o cerrado mineiro e o sul de Minas, em que um forte sistema associativo fortalece a identidade dos produtores com a cafeicultura. ■

Nota: Os pesquisadores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo auxílio financeiro no desenvolvimento das pesquisas que embasam este artigo.

sicredi.com.br
gentequecooperacresce.com.br

morya

A vida é melhor quando é cooperativa.

Seja no campo ou na cidade.

O agronegócio impulsiona o desenvolvimento do País inteiro. No Sicredi, sabemos bem disso, porque temos um relacionamento próximo com os produtores rurais. Compartilhamos o conhecimento sobre o mercado e oferecemos produtos e serviços adequados às suas demandas e necessidades. Esta é a diferença de ter uma instituição financeira cooperativa como sua parceira. Nossas soluções cooperam com a produção, o agronegócio e o dia a dia do produtor. Porque este é o nosso campo: cooperar para você crescer.





Sicrediagro

• Cartões • CPR e Câmbio
• Seguros • Consórcios • Investimentos
• Empréstimos e Financiamentos

GENTE QUE COOPERA CRESCE.

SICREDI

SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.

SEGURO RURAL

NÃO HÁ ESPAÇO PARA IMPROVISAÇÕES

PEDRO LOYOLA
Economista da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e mestrando em Gestão de Cooperativas na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – pedro.loyola@faep.com.br

VILMAR RODRIGUES MOREIRA
Doutor em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e professor da Escola de Negócios da PUCPR no Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas – vilmar.moreira@pucpr.br

A AGRICULTURA de hoje é distinta daquela do passado, suscetível a riscos ameaçadores para o produtor e segmentos importantes da sociedade. No Brasil, em 2005, começou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Para um mercado insignificante até então, o Programa conseguiu atingir o patamar de mais de 120 mil apólices emitidas e a cobertura de 12 milhões de hectares, em torno de 16,82% da área agrícola do País, conforme dados estimados para 2014. Isso revela que há muito potencial de crescimento para o seguro rural no País.

Embora o crescimento ainda seja lento e gradual, a política agrícola do seguro rural sofreu com a alternância de seis ministros nos últimos cinco anos no MAPA. Desde 2010, há falhas no planejamento, na execução e no pagamento dos recursos do PSR. No lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP 2015/16), em 02 de junho, o governo federal prometeu R$ 700 milhões para o PSR, embora, na Lei Orçamentária Anual (LOA), tenham sido aprovados R$ 668 milhões.

O problema real é que o governo federal atrasou os pagamentos de R$ 690 milhões do seguro rural de 2014, dos quais R$ 300 milhões serão pagos com recursos do orçamento de 2015. Sobraram, então, R$ 368 milhões, de acordo com a Resolução nº 35, de 30 de junho deste ano, do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR). Mas, a Resolução nº 36, de 12 de agosto, promoveu um novo corte, de R$ R$ 51,3 milhões. Desta forma, os contingenciamentos somam R$ 351,3 milhões, correspondendo a uma redução de 52,6% do orçamento originalmente aprovado na LOA.

Como apenas R$ 80 milhões serão destinados para soja em 2015, isso significa que, de cada cinco produtores que fizeram seguro de soja em 2014, apenas um produtor terá acesso ao PSR em 2015.



ISTOCKPHOTO

VALORES TOTAIS DO ORÇAMENTO DO PSR
(R$ MILHÕES)

CULTURA	Resolução nº 35	Resolução nº 36	Corte no valor
Grãos de inverno e milho 2ª safra	R$ 162,00	R$ 152,00	R$ 10,00
Soja	R$ 100,00	R$ 80,00	R$ 20,00
Uva	R$ 25,00	R$ 20,00	R$ 5,00
Maçã	R$ 35,00	R$ 28,00	R$ 7,00
Outras	R$ 46,08	R$ 36,70	R$ 9,38
Total	**R$ 368,08**	**R$ 316,70**	**R$ 51,38**

Fonte: Resoluções nº 35 e nº 36 do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR)

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2015 DO PSR
(R$ MILHÕES)

Plano Trienal do PSR	Prometido no PAP	Orçamento aprovado na LOA	Pagamento de atraso de 2014 (a)	Corte no orçamento (b)	Redução total (a + b)	Orçamento final de 2015
R$ 800,00	**R$ 700,00**	**R$ 668,08**	R$ 300,00	R$ 51,38	R$ 351,38	**R$ 316,70**

Fonte: MAPA; CGSR; LOA (2015)

Muitos produtores estão contratando apólices de seguro agrícola como garantia das operações de crédito rural em bancos e cooperativas, sem saber se terão acesso ao PSR. Eles podem ser surpreendidos, a partir de outubro, com o recebimento de boletos bancários cobrando a parte da subvenção que cabia ao governo federal pagar.

Caso o Governo não honre o compromisso dos R$ 700 milhões prometidos no PAP, estima-se que o referido corte impacte 70 mil operações de seguro de trinta diferentes tipos de atividade, em uma área de 7,3 milhões de hectares, que estarão à mercê do clima e sem a cobertura do seguro agrícola em diversas regiões do País.

Ainda são necessidades do setor: a regulamentação do Fundo de Catástrofe, parada no Governo desde a aprovação da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010; a atualização de estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático, paralisados desde 2012; dentre tantas outras propostas, como a liberação e a garantia de recursos do programa conforme o calendário agrícola e o cumprimento do planejamento do Plano Trienal.

A política agrícola brasileira para o seguro rural, apesar das dificuldades, vem sendo ampliada e aperfeiçoada ao longo da última década. No entanto, embora a agricultura seja o motor da economia brasileira, a execução desta política demonstra que o governo federal, desde 2010, não a tem priorizado.

A expectativa é de que isso mude antes que o Programa perca a credibilidade e o País perca o trem da história. Para tanto, é preciso uma mudança de marcha forçada, tirando a política agrícola do último vagão, sujeita a frequentes contingenciamentos, e a tornando a locomotiva cujo combustível movimenta a economia brasileira, com a garantia de abastecimento de alimentos e saldo superavitário da balança comercial.

Finalmente, essa mudança de rumo depende da criação de um planejamento estratégico de gestão do risco agropecuário, integrando-o a outras áreas do Governo em que haja possibilidade de ganhos de sinergia, garantindo um horizonte de longo prazo das ações da política agrícola e colocando um fim nas indesejáveis improvisações. ■

SABE O QUE ALGUMAS DAS MELHORES HISTÓRIAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO TÊM EM COMUM? A GIG AJUDOU A ESCREVÊ-LAS.

A GIG não é uma agência de publicidade. Não é uma assessoria de imprensa. Não é uma consultoria de negócios. Não é um escritório de design. É uma reunião de todas essas inteligências. Há anos pesquisamos, estudamos e trabalhamos pelo setor que é o motor do desenvolvimento brasileiro – um dos líderes mundiais na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

Com certeza, a GIG pode ajudar você a escrever uma história tão boa quanto as da Andef, Assocon, CitrusBR, Abiec, Única, BRF, Monsanto, AgroTools, Agroconsult e Grupo Roncador.

wearegig.com
contato@wearegig.com
+55 11 2308.8854



GIG
GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO

NOVA CONJUNTURA, NOVOS DESAFIOS

FELIPPE SERIGATI

Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

RAQUEL MAGOSSI RODRIGUES

Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) e pesquisadora do GV Agro – raquel.rodrigues@fgv.br

EM TEMPOS de conjuntura mais apertada, o espaço para equívocos e ineficiências é menor. Para os produtores, é necessário avaliar cuidadosamente sua estrutura de custos, melhorar a gestão da sua propriedade e ponderar quais estratégias realmente poderão fornecer um retorno razoável. Para os formuladores de políticas públicas, bem como para as entidades de classe, é necessário ter claro quais são os custos e benefícios de cada política e incentivar, sempre que possível, arranjos e soluções privadas.

A FGV Projetos tem realizado estudos tanto para o setor privado, quanto para o setor público para ajudá-los a superarem os desafios da conjuntura atual. Para o setor público, um planejamento agropecuário adequado é extremamente importante e estratégico. Permite buscar por soluções para questões sociais e econômicas ao direcionar corretamente os investimentos públicos e atrair capital privado, potencializando as aptidões do estado ou do município e aproveitando oportunidades ou minimizando efeitos negativos do mercado.

Após anos de grandes bonanças, os ventos para o agronegócio brasileiro perdem força e apontam novas direções. Embora o setor tenha conseguido aproveitar boa parte das oportunidades que emergiram desde a década passada, a nova conjuntura, tanto doméstica, quanto internacional, coloca novos desafios para todos: formula-



dores de políticas públicas, entidades de classe, representantes do setor, pesquisadores e, principalmente, produtores. Esta nova conjuntura traduz-se em um cenário que combina preços de *commodities* menores, custos de produção mais elevados, margens mais estreitas, crédito mais escasso e mais caro, maiores exigências ambientais e trabalhistas e desafios para a mudança do pacote tecnológico. Diante desse novo arranjo, quais são os desafios para cada um no nosso setor?

DESACELERAÇÃO: A NOVA FASE DO CICLO ATUAL

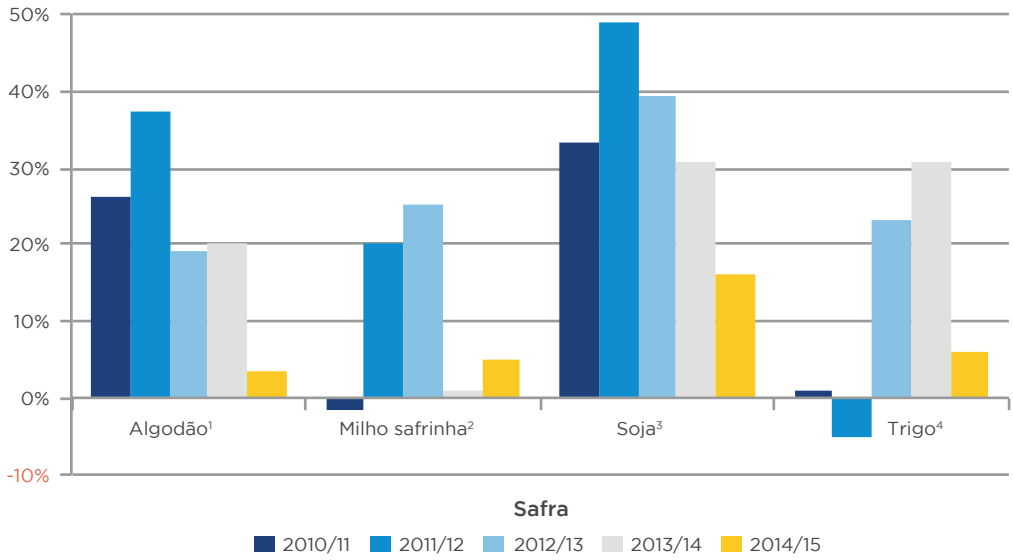
A economia, em geral, e os mercados de *commodities*, em particular, funcionam por ciclos: períodos de expansão são sucedidos por períodos de desaceleração, até que um novo ciclo tenha início. Enquanto, na fase de aceleração, a demanda cresce em um ritmo superior à oferta, empurrando os preços para cima; na fase subsequente, a oferta alcança a demanda e pressiona os preços para baixo. O agronegócio brasileiro conseguiu responder de forma muito favorável à fase de expansão do ciclo atual, que teve início em algum ponto entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000.

Todavia, há claros sinais de que a fase de expansão do ciclo atual já tenha ficado para trás. Embora o ponto de inflexão varie entre as *commodities*, o início da fase de desaceleração deu-se entre 2008 e 2012. Essa mudança afeta diretamente o agronegócio brasileiro, que, agora, terá que lidar com um cenário menos benigno:

- Menor ritmo de crescimento dos emergentes: as economias emergentes que cresce-



EVOLUÇÃO DAS MARGENS (LUCRO BRUTO/PREÇO RECEBIDO POR UNIDADE) NAS ÚLTIMAS QUATRO SAFRAS



1 No Mato Grosso; 2 em Sorriso-MT; 3 em Rondonópolis-MT; 4 no Paraná
Fonte: Agrianual/FNP

ram, em média, 6,1% a.a. entre 2002 e 2014 estão com perspectivas de crescer, em média, 4,8% a.a. entre 2015 e 2020;

- Preços em patamares menores: de acordo com as projeções do FMI, apenas carne de frango, açúcar no mercado norte-americano e cacau devem operar nas próximas duas safras com preços (em valores nominais!) superiores aos preços médios das últimas três safras;

- Custos com ajustes mais modestos: embora a queda nos preços das *commodities* seja praticamente generalizada, ela não é uniforme. Para os nossos produtores, é importante ter claro que a queda das cotações das *commodities* agrícolas tem sido mais intensa do que aquela observada entre os fertilizantes. Desde janeiro de 2014, enquanto os preços do primeiro grupo registraram uma contração de 15,3%, os do segundo grupo caíram 3,5%, de acordo com os números do Banco Mundial.

Internamente, o setor também deverá encontrar condições menos favoráveis do que nos últimos anos, como, por exemplo:

- O crédito no mercado estará mais caro: a taxa de juros básica da economia brasileira (taxa Selic) deverá operar acima de dois dígitos pelo menos até março de 2017 (o último período com projeção pela pesquisa Focus do Banco Central). Isso implica que todas as demais linhas de crédito ofertadas pelos bancos a partir de recursos livres estarão mais caras.

- O crédito oficial também deverá estar mais caro: com a elevação da taxa Selic, o custo para o Governo fornecer crédito a taxas inferiores àquelas praticadas no mercado também será maior. De acordo com os números do Tesouro Nacional, as despesas com equalização da taxa de juros do crédito agrícola, preços mínimos e Pronaf já consumiram R$ 5,8 bilhões neste ano (até julho), 251% a mais do que no mesmo período de 2014.

- Orçamento mais apertado: para complicar, estas despesas têm que ser acomodadas em um orçamento mais limitado. O Estado brasileiro, em seus diversos níveis (União, estados e municípios), está passando por uma crise fiscal complicada e estrutural.

- Elevação também dos custos de produção domésticos: apesar da queda das *commodities*, os custos de transporte já subiram fortemente no período. De acordo com o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o aumento acumulado no ano é de 7,4% para o óleo diesel e 4,5% para as tarifas de pedágio.

Diante desse cenário, não deveria ser surpresa que a margem (lucro bruto/preço recebido) tem ficado menor para diversas cadeias do agronegócio, afinal a economia e os mercados de *commodities* operam em ciclos, e, como já discutido, estamos operando na fase de desaceleração do ciclo atual. Todavia, se na fase de expansão, devido a uma conjuntura bastante favorável, o agronegócio brasileiro conseguiu avançar e levar emprego e renda para diversas regiões, mesmo que com uma infraestrutura ainda bastante deficitária e elevados custos de produção fora da porteira; agora, na fase de desaceleração, quais atividades ainda estão economicamente viáveis? Até que ponto elas permanecerão financeiramente sustentáveis? Em poucas palavras, se pudéssemos desenhar o mapa da vulnerabilidade do agronegócio brasileiro, em quais áreas e para quais produtos veríamos luzes amarelas e vermelhas?

DESAFIOS DA NOVA CONJUNTURA

Embora esta nova conjuntura não devesse ser surpresa, afinal a economia opera em ciclos, todos os agentes do agronegócio brasileiro têm que se preparar para os desafios adicionais:

- Para os produtores, é necessário ter claro que margens mais estreitas, além de implicar rentabilidade mais modesta, também significam que o espaço para acomodar ineficiências ficou menor. O agronegócio brasileiro avançou fortemente em termos técnicos, todavia, mesmo dentro da porteira, ainda há um espaço brutal para melhorar a gestão dos nossos produtores (gestão de custos e pessoas, captação de recursos, estratégia, posicionamento etc.).

- Para as entidades de classe que representam o setor, a atual conjuntura demandará novas estratégias. Afora os esforços por maior suporte financeiro do setor público, as entidades de classe deverão buscar arranjos privados para resolver divergências e conflitos entre os atores internamente nas suas respectivas cadeias. Além destes arranjos privados, deverão criar condições para facilitar a transferência de tecnologia e procedimentos de gestão e de mitigação de risco, também dentro das cadeias. Naturalmente, o papel e a importância das cooperativas devem ser reforçados.

- Para os formuladores de políticas públicas, é necessário ter em mãos análises da relação de custo-benefício das suas políticas em execução; dado que o orçamento estará mais estreito, a margem para acomodar equívocos nas políticas será menor. Na verdade, o ideal seria ter uma estimativa desta relação custo-benefício no momento da escolha das políticas a serem adotadas ou que esses estudos já fossem previstos na própria lei que implementasse cada política. Além de análises mais cuidadosas sobre cada política, os gestores públicos também deverão incentivar e dar suporte a estratégias que busquem soluções dentro das cadeias por meio de entendimentos e arranjos privados, como, por exemplo, o CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo). ■



CADERNO ESPECIAL

OS TRÊS PILARES DA CITRICULTURA

O MERCADO mundial de suco de laranja é formado por três pilares:

- Demanda: quanto o mundo consome ou deixa de consumir a cada ano-safra;
- Oferta: prevê se a produção estará acima ou abaixo da demanda;
- Estoques acumulados na passagem de uma safra para outra.

A CitrusBR (Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos) estuda com profundidade estes três temas. Mais do que isso, provê informação de qualidade, dentro das regras concorrenciais. Faz uso de metodologias conhecidas e consagradas.

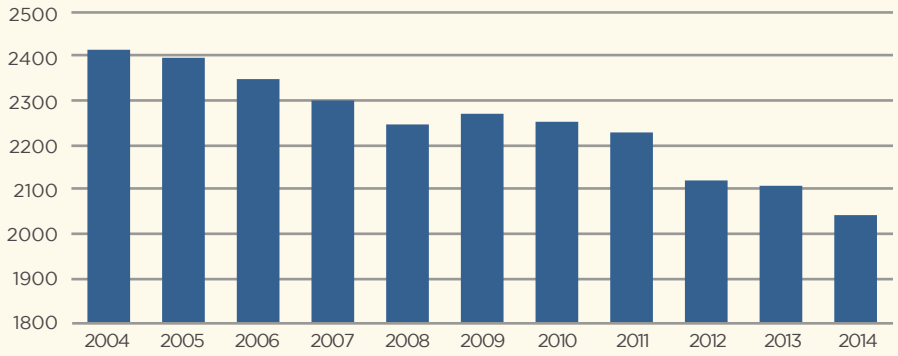
Destes três principais pilares, consideramos a demanda o mais importante. Quando não cresce, um setor enfrenta dificuldades para distribuir renda. No caso do suco de laranja, como a retração é fato incontestável, muitos problemas vêm à tona.

Todas as dificuldades enfrentadas pela laranja podem ser resumidas a uma só palavra: a "demanda". Entre as décadas de 1970 a 1980, quando a citricultura ficou famosa por fazer fortunas no interior do estado de São Paulo, a demanda por suco de laranja era crescente. Furacões e geadas na hoje combalida citricultura americana faziam a alegria de produtores brasileiros: a fruta embarcada na forma de suco para a terra do Tio Sam gerava renda.

Com o avanço da indústria de bebidas, a quantidade de produtos existentes hoje nas gôndolas dos supermercados multiplicou-se quando comparada ao que se via há trinta anos. Não havia isotônicos, energéticos, águas saborizadas, bebidas multifrutas, entre outras. Tampouco havia os conhecidos néctares, que nada mais são do que uma forma de diluição de suco integral com adição de alguns outros componentes.

Assim, o estômago do consumidor, antes acostumado a receber seu copinho diário de suco de laranja, passou a receber muitas outras bebidas. Nos últimos dez anos, no mercado mundial de suco concentrado equivalente a 66° Brix, a com-

MUNDO: QUEDA NO CONSUMO DE SUCO DE LARANJA
EM MIL TONELADAS DE FCOJ EQUIVALENTE 66° BRIX



Fonte: Tetra Pak; Euromonitor; Markestrat

petição significou uma diminuição de 15,2%, ou cerca de 360 mil toneladas.

No acumulado, o mundo deixou de beber algo em torno de 450 milhões de caixas de laranja entre 2004 e 2014. Isso significa que, neste período, 1,8 milhão de toneladas a menos de suco concentrado equivalente 66° Brix deixou de ser bebido mundo afora.

Apenas a título de comparação, a CitrusBR estima, para a safra 2015/16, uma produção total de suco de 888 mil toneladas de suco de laranja concentrado congelado (FCOJ, na sigla em inglês) equivalente. Isso dá para mensurar o tamanho do estrago da concorrência de outras bebidas sobre o suco de laranja brasileiro, principal fornecedor mundial.

Mostraremos, também, os efeitos dos outros pilares econômicos (oferta e estoque) sobre o acirrado mercado competitivo do suco de laranja.

POR QUE O MUNDO BEBE MENOS SUCO

Em 2012, a CitrusBR investiu US$ 1 milhão para compreender os motivos pelos quais o consumo de suco de laranja recuava nos principais mercados de destino. Para tanto, contratou uma empresa especializada nesse assunto, a ConcretoBrasil. Como ponto partida, recebeu da parceira Tetra Pak a maior base de dados sobre o mercado de bebidas que há no mundo.

Dez países foram selecionados para a pesquisa: Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Polônia, Rússia, Japão e China, considerados prioritários, e Canadá e Noruega, como mercados de referência. Os oito primeiros estão entre os mais importantes que apresentavam, à época, mercado em retração, à exceção da China. Já os dois últimos, também importantes e consolidados, mostravam crescimento.

Durante oito meses, esses países foram visitados, com um percurso de cerca de 135 mil quilômetros. Ao todo, realizaram-se mais de 100 entrevistas. Participaram delas especialistas de marcas globais e regionais, supermercados, varejo, engarrafadores, associações e analistas culturais, além de associados à CitrusBR no Brasil e no exterior.

Nada menos do que cinquenta das mais importantes companhias do mercado mundial de bebidas deram suas respostas. O material gerado correspondeu a mais de 400 horas de gravações. Verificaram-se as peculiaridades de cada mercado. Desta forma, traçaram-se as principais razões das contínuas quedas do consumo mundial de suco de laranja.

RESULTADOS DO ESTUDO

Há um problema de posicionamento da bebida. As gerações mais antigas foram educadas sobre a importância dos benefícios do suco de laranja, com sua grande variedade de vitaminas e nutrientes. Hoje, as gerações mais novas, embora ainda saibam que o suco é rico em vitamina C, perderam a referência do suco de laranja como uma bebida saudável. Elas não sabem mais porque devem beber suco de laranja.

Esse cenário é resultado do posicionamento adotado pelas marcas ao longo dos anos, de comunicar atributos para diferenciar o seu produto dos concorrentes. Deixaram de falar do conteúdo comum para todos, que são os benefícios saudáveis do suco.

As marcas, responsáveis pelas propagandas, levavam a mensagem do suco de laranja como uma bebida de refrescância e energia. Este posicionamento coloca a bebida em rota de colisão com os refrigerantes e energéticos, cujos apelos de *marketing* são grandiosos. Além disso, esses são atributos que o suco de laranja não consegue entregar tão bem quanto nutrição.

O estudo foi apresentado durante o evento Juice Summit, realizado em Bruxelas, na Bélgica, durante 2013, que reuniu representantes de toda a indústria mundial de bebidas. A receptividade pelo trabalho criou o ambiente para os negócios: os fornecedores de suco representados pela CitrusBR começaram uma conversa formal com as empresas envasadoras interessadas em trazer de volta o crescimento ao mercado de suco.

A ideia era somar parte da inteligência adquirida com esse estudo à experiência de outros agentes da cadeia. O objetivo era gerar um trabalho de comunicação para promover os sucos de frutas de uma forma bem elaborada. Assim, começaram as conversas para o desenvolvimento de um arrojado projeto internacional.

EM DEFESA DO SUCO DE LARANJA

Nos últimos anos, a categoria "sucos" sofre grandes ataques contra a sua imagem. Questionamentos em relação aos benefícios destas bebidas impactam em seu consumo. Dados da Associação Europeia de Sucos de Fruta (AIJN, na sigla em francês) mostram um recuo de 4% entre 2013 e 2014. Dentro desta categoria, o sabor laranja continua líder, com 34% de participação, seguido pelo de maçã, com 16%. Estes dois sabores somam praticamente metade desse mercado.

Ocorre que uma série de reportagens negativas relacionam os sucos a supostos problemas ligados à saúde, tais como obesidade e elevados índices glicêmicos. Estas informações, que minam as vendas em todo o mundo, são problemas para toda a cadeia produtiva de laranja.

A CitrusBR estuda uma parceria com a AIJN no sentido de promover um projeto de sucos de frutas com ênfase no sabor laranja. Até agora, foram investidos cerca de € 400 mil na formatação dos primeiros estudos. Essa estratégia visa dar à luz uma série de pesquisas científicas conduzidas pelas mais renomadas universidades mundo afora, com comprovação conhecida por todos: a de que o suco faz bem e deve ser consumido.

As ações são para barrar essa onda, recolocar o suco no *ball* dos alimentos saudáveis e impulsionar as vendas novamente. A ideia é criar mensagens-chave baseadas em dados científicos, destacando:

- a grande quantidade de vitaminas e nutrientes presentes nos sucos; e



- o fato de que seu consumo é uma forma saborosa e conveniente de aumentar a ingestão de frutas.

Assim, será elaborada uma campanha de relações públicas proativa e positiva, com atuação direta junto a formadores de opinião, comunidade científica, nutricionistas e mídia em geral, levando informações concretas sobre os benefícios do suco.

O BRASIL COMO ESTRATÉGIA

Na ***Agroanalysis*** de agosto, mostramos o suco de laranja como um produto caro nas gôndolas dos supermercados: 1 litro de suco de laranja 100%, sem adição de água ou conservantes, custa, em média, R$ 8,40. A mesma bebida, produzida em São Paulo, enviada de navio para ser envasada, custa metade do preço em Paris. As causas são conhecidas: alta carga tributária, de 27,2%, mais margens de lucro em torno de 50% no varejo.

Um dos remédios para esse mal seria a inclusão do suco de laranja na Lei nº 10.925/2004, que isenta uma série de produtores do pagamento de

REMAR NO MESMO SENTIDO

Para tanto, um mapa de mensagens foi montado com conteúdos propositivos a serem tratados em diferentes países por diferentes especialistas. Na prática, o projeto irá ter o papel de derrubar mitos construídos em relação ao consumo de sucos. O valor anual do projeto ainda está em discussão, mas deve ultrapassar R$ 10 milhões ao ano, apenas pela parte das indústrias brasileiras composta pelas empresas associadas à CitrusBR.

Com este projeto, será possível equilibrar o debate em torno dos sucos de frutas – principalmente em relação ao suco de laranja –, que, atualmente, é unilateral e contrário ao produto brasileiro. O objetivo é que estes tipos de bebidas sejam, mais uma vez, vistos como parte da nutrição, da dieta e do estilo de vida sustentável.

Esse é o primeiro passo para uma longa jornada que visa ao reposicionamento de um produto consagrado. Um grande desafio para ser superado: os produtores sem marcas próprias tampouco possuem gestão sobre as estratégias das empresas que estão nas gôndolas dos supermercados. Isso exige uma grande articulação setorial no sentido de colocar todos os interessados remando juntos, num mesmo sentido.

CASES DE SUCESSO

Algumas empresas, mesmo diante dessas dificuldades, conseguem sucesso, justamente por causa da qualidade do suco brasileiro. Um exemplo disso é a Brasil Citrus, do empresário e também citricultor Dagoberto Cardili. Há quinze anos, ele enxergou no mercado de bebidas uma oportunidade para aumentar o ganho de seus pomares e decidiu abrir uma pequena fábrica de suco integral. O negócio deu certo. Hoje, a empresa produz 12 milhões de litros por ano e, há pouco mais de um ano, vende o produto com marca própria em redes de varejo de São Paulo.

Quem seguiu um caminho parecido foi o produtor paranaense Paulo Pratinha, que, há dois anos, resolveu destinar parte da laranja que vendia como fruta *in natura* para a produção de suco. Em 2012, ele criou a Prat's, sua marca de sucos 100%. Mensalmente, a empresa produz 1,5 milhão de litros da bebida, que é distribuída para o varejo nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.



Outro exemplo emblemático vem do Rio de Janeiro, onde o empresário Marcos Leta, que nunca havia pisado num pomar, resolveu investir no mercado de suco integral. Em 2009, ele criou a empresa do bem™. Com *marketing* diferenciado e foco em consumidores preocupados com alimentação saudável e bem-estar, logo seu produto já estava nas prateleiras de grandes redes varejistas. Em 2013, a empresa conseguiu assinar um dos primeiros acordos de distribuição para este tipo de produto com uma grande rede, o Grupo Pão de Açúcar. Desde então, a marca disputa espaço nas prateleiras das principais redes varejistas do País e, atualmente, coloca o seu suco integral em mais de 15 mil pontos de venda espalhados por dezesseis estados no Sudeste, no Centro-Oeste e no Sul do País.

Grandes grupos, como Coca-Cola e Sufresh, que, até então, trabalhavam apenas com linhas de néctares no mercado brasileiro, lançaram, recentemente, linhas de sucos 100%, o que mostra o potencial que este produto possui no País.

Esses são exemplos de que, com uma carga tributária mais justa, o consumo desse tipo de bebida pode aumentar de forma considerável, tornando o Brasil o maior cliente dele mesmo, o que, sem dúvida, traria ganhos para todos os elos da cadeia produtiva.

PIS/COFINS e, posteriormente, ICMS nos principais estados da Federação. Hoje, contudo, em meio ao aperto fiscal e à busca do Governo por recursos, essa agenda torna-se mais distante. No entanto, é preciso revisitá-la: o consumidor brasileiro possui o direito de ter acesso a um produto "padrão exportação", apreciado no mundo todo, mas que, por causa da nossa estrutura tributária, distancia-se das mesas e dos lares brasileiros.

POR UM SETOR MAIS UNIDO

Desde sua fundação, em 2009, e, principalmente, nos últimos cinco anos, a CitrusBR empenha-se em gerar e disponibilizar um grande volume de informações sobre os diversos aspectos da citricultura. Desde o início de seu trabalho de abertura de dados sobre o setor, já foram publicados livros, estudos e uma série de levantamentos que ajudam a entender o comportamento deste mercado; um trabalho que tem contribuído para munir o setor com dados acessíveis e, principalmente, confiáveis. Isso só foi possível por conta das parcerias que conseguimos construir ao longo desses anos e que têm nos ajudado a estudar a fundo questões estruturais do setor.

Um exemplo disso é o estudo de consumo que, há cinco anos, é atualizado e divulgado pela CitrusBR. Trata-se de um verdadeiro raio x sobre o consumo de suco nos quarenta principais mercados da bebida. Para que tal levantamento fosse construído, foi essencial a participação de empresas como a Tetra Pak, dona do maior banco de dados sobre o mercado global de bebidas do mundo. Tudo isso enriquecido com outros dados disponíveis no mercado, como os do Euromonitor e do Planet Retail, e o trabalho de compilação e inteligência realizado pelo professor Marcos Fava Neves, titular do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP).

O mais recente, e não menos importante, projeto aconteceu em parceria com o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus). Batizado de Projeto Pesquisa de Estimativa de Safra (PES), realizou um inédito inventário do parque citrícola do estado de São Paulo e do Triângulo Mineiro. A iniciativa, que nasceu na CitrusBR, foi desenvolvida dentro do Fundecitrus e marcou uma outra importante e inédita parceria entre produtores e indústria. Juntos, foi possível realizar o maior levantamento sobre cítrus já feito no País. ■

MERCADO E INFORMAÇÃO

Embora muito tenha se evoluído nos últimos anos, ainda há muito o que se fazer. Precisamos ampliar os trabalhos feitos em conjunto no setor. Da mesma forma, precisamos aprofundar ainda mais os estudos sobre os fenômenos econômicos que regem esse mercado e influenciam diretamente todas as pontas desse negócio.

Questões como consumo global, benefícios da bebida, tecnologias de produção, controle fitossanitário etc. precisam ser trabalhadas de forma contínua, para termos cada vez mais dados concretos e precisos.

Aumentar o número de informações e, sobretudo, a sua qualidade é condição fundamental para o bom desempenho dessa atividade. É um insumo precioso para a compreensão de mercado ou estratégia setorial. Quando acontece das suposições ganharem força de verdade, quem perde é o próprio mercado.

ANDA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
PARA DIFUSÃO DE ADUBOS

V CONGRESSO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES

SOLOS E FERTILIZANTES COMO PILARES DA SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL



O evento reuniu, em 25 de agosto último, na cidade de São Paulo, especialistas e lideranças do agronegócio, que debateram a importância dos solos e dos fertilizantes como pilares da segurança alimentar global e das leis trabalhistas.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

George Wagner Bonifácio e Sousa, presidente do Conselho de Administração da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA), destacou os desafios enfrentados nas áreas de Logística, Desenvolvimento Tecnológico e Comércio Internacional. Deve haver sinergia entre o Governo, a agricultura e as lideranças do setor de fertilizantes para encontrar solução para essas questões.

Segundo Duarte Nogueira, deputado e secretário de Logística e Transportes do estado de São Paulo, o agronegócio paulista, em termos nacionais, com apenas 3% do território brasileiro, representa mais de 20% do valor da produção agropecuária. Na área de Logística e Transporte, realizamos obras para aumentar a eficiência e a fluidez dos insumos e da produção.

Rubens Rizek, secretário adjunto de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo, falou da experiência atual, bem como daquela vivida na Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no governo passado. Apesar de terem visões distintas, em termos de prioridade, ambas as Secretarias aproximam-se quando se trata de cuidar do solo.

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), colocou o tema da sustentabilidade no agronegócio como, de fato, o foco para o ganho da produtividade e para a busca de competitividade pelo setor. O uso intensivo do solo, sem dúvida alguma, é uma característica da tecnologia desenvolvida pelos brasileiros para o nosso mundo tropical.

PAINEL 1: SOLOS, FERTILIZANTES E SEGURANÇA ALIMENTAR

PAUL E. FIXEN

REPRESENTANTE DO INTERNATIONAL PLANT NUTRITION INSTITUTE (IPNI) E DA AMERICAN SOCIETY OF AGRONOMY (ASA)

Esta palestra dá a oportunidade para cada um de nós contar a própria história em relação ao solo. Falaremos sobre a nossa própria história com o solo: como ele influenciou a nossa vida e a da nossa família. Infelizmente, em muitas partes do mundo, ainda não temos esse manejo cuidadoso para com a terra. A produção de alimentos vem de apenas 12% da área terrestre do Planeta. Aproximadamente 40% de nossos solos agrícolas estão degradados.

PAINEL 2: SOLOS, FERTILIZANTES E AGROSSOCIEDADE

JOSÉ LUIZ TEJON MEGIDO
JORNALISTA COM EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E ACADÊMICA NO AGRONEGÓCIO

A nova agricultura não muda apenas pelo uso das novas tecnologias, mas também pelo produtor e pelo consumidor. Precisamos dar um salto para o pós-porteira das fazendas do agronegócio e para a agrossociedade. O Marketing ensina-nos a ter o panorama a partir do ponto de vista do cliente. Por isso, o produtor rural tende a ser pautado e determinado por aquilo que prevalecer para o consumidor final.

PAINEL 3: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

ANTONIO CARLOS COSTA
GERENTE DO DEPARTAMENTO DO AGRONEGÓCIO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (DEAGRO/FIESP)

No longo prazo, o Brasil está bem posicionado, como mostra o Outlook da Fiesp. Para seguirmos dando respostas efetivas para a demanda global no futuro, precisaremos de políticas públicas que deem sustentação a esse cenário. Na Fiesp, desenvolvemos trimestralmente o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro). A situação piorou neste ano. Nas entregas de insumos, como fertilizantes, provavelmente teremos um mercado mais aquecido pela frente, para compensar as perdas do primeiro semestre.

PAINEL 4: PERSPECTIVAS PARA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA PARA OS PRÓXIMOS ANOS

FERNANDO MURARO JÚNIOR
ANALISTA DE MERCADO DA AGRURAL COMMODITIES AGRÍCOLAS

No mundo, a tendência da área plantada com soja é a de subida, e a de milho é de queda. Essa é uma macrotendência. A soja terá a maior colheita da história na safra 2015/16. A relação de preços entre soja e milho deverá diminuir. Nos quatro primeiros anos desta década, os preços foram favoráveis. Pensamos que nunca mais eles iriam cair. Agora, existe uma correlação inversa e perversa para ser analisada: quando o dólar *index* sobe, o índice de *commodities* cai. Esse é o contexto atual. ■

NOTAS FINAIS

O V Congresso Brasileiro de Fertilizantes prestou homenagem ao engenheiro agrônomo Wilson Alves de Araújo, ex-presidente da ANDA, com uma história profissional voltada ao setor de fertilizantes. Participaram desta solenidade Wladimir Antonio Puggina e Marcelo Figueiredo, ambos ex-presidentes da ANDA.

Participaram como moderadores:

Painel 1: Reinaldo Cantarutti, secretário-geral da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS)

Painel 2: Dalton Carlos Heringer, presidente do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SIACESP) e da Fertilizantes Heringer

Painel 3: Lair Vianei Hanzen, presidente da Yara Brasil Fertilizantes

Painel 4: Carlos Heredia, diretor de Supply Chain da Yara Brasil Fertilizantes

O FUTURO DA SOJA NACIONAL

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA FERRUGEM ASIÁTICA

Realizado em Brasília, no final de agosto, o evento reuniu profissionais ligados à cadeia produtiva da soja. Os objetivos foram analisar e discutir o futuro desta lavoura nos próximos dez anos.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG)

Trouxe à tona a preocupação com a burocracia dos órgãos de fiscalização sanitária na aprovação de novos produtos para combater a doença. Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) possui capacidade para analisar apenas 150 processos de produtos inovadores por ano. No entanto, existem, hoje, nada menos do que 1.300 processos em análise. Isso cria um *gap* tecnológico que só seria normalizado em 2022.

FRANCISCO GAETANI

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA)

O caminho do diálogo é o mais indicado. Exemplo disso foi um encontro que reuniu as ministras Kátia Abreu, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e Isabela Teixeira, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com representantes de 27 Secretarias de Agricultura e do Meio Ambiente de vários estados. A implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) unificou estas duas áreas no campo. A explicação está no fato de o solo, o território e o espaço serem um só.

BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS DA FERRUGEM DA SOJA NA SAFRA 2024/25

- Área cultivada: 41.555.600 hectares;
- Produção: 121.309.978 milhões de toneladas;
- Área infestada com ferrugem asiática: 100%;
- Cenário de perdas: 30% da produção.

Fonte: Sparks – Consultoria e Inteligência Competitiva

MARCOS MONTES

DEPUTADO FEDERAL (PSD-MG) E PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (FPA)

Comentou sobre o Grupo de Trabalho criado no MAPA para reduzir os gargalos existentes nos registros de produtos. Este é um passo importante para o processo deslanchar. Na discussão da aprovação do Código Florestal, o avanço só aconteceu quando os setores produtivo e ambiental começaram a conversar e buscar um entendimento comum. Foi bom para o Brasil. Se a sociedade urbana tivesse conhecimento dos números expressivos do agronegócio, certamente teríamos outro cenário no País.

PAINEL DE ANÁLISES E DISCUSSÕES

CLÁUDIA GODOY
PESQUISADORA DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

Falou sobre o Consórcio Antiferrugem, originado em 2004. Trata-se um projeto de transferência de tecnologia para a ferrugem asiática, integrado por 100 laboratórios de análise e 60 pesquisadores de instituições públicas e privadas. Entre as suas propostas, destacou: criação de uma janela para a semeadura; manejo da cultura na entressafra; semeadura de cultivares precoces; monitoramento da doença na lavoura e na região suspeita; e aplicação de fungicidas quando dos primeiros sintomas ou de forma preventiva.

RICARDO TOMCZYK
PRESIDENTE DO INSTITUTO PENSARAGRO (IPA) E VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA DO BRASIL (APROSOJA BRASIL)

Comentou que o uso intensivo dos fungicidas acarretou aumento de custo e teve sua eficiência de ação diminuída. Além da questão do combate de ferrugem asiática, considerado como nosso principal problema, discutiram-se plantio direto, rotação de culturas, manejo de doenças e pragas, dentre outros, no esforço de trazer o lado técnico para o debate. Tamanhas são as dificuldades da porteira para fora que, muitas vezes, o produtor acredita não haver problemas da porteira para dentro.

EDUARDO DAHER
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA VEGETAL (ANDEF)

Considera um desafio grande convencer o produtor de soja a cumprir o chamado vazio sanitário. Com a soja no patamar de US$ 15 o *bushel*, fica difícil acreditar que o produtor respeitará a janela de plantio e a área de refúgio. Com clima tropical, quente e úmido, proliferam as pragas, as doenças e as ervas daninhas no Brasil. A palavra de ordem é planejamento de resistência, mediante a rotação dos ingredientes ativos de fungicidas com diferentes modos de ação.

GIRABIS EVANGELISTA RAMOS
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (DFIA/MAPA)

O sistema regulatório tende a seguir a determinação da pesquisa. Colocamos a prioridade da ferrugem da soja face a uma necessidade agrícola. Em nossos contatos, sentimos as angústias do setor privado em relação à ferrugem. Entre os principais problemas da sanidade vegetal neste País, a ferrugem da soja faz parte das pragas principais a serem controladas com tecnologias novas. Então, o próximo passo será definir os produtos colocados como prioridade no âmbito da administração federal. ■

PROPOSTAS E DESDOBRAMENTOS

O cenário para o controle e o combate da ferrugem da soja apresenta poucas alternativas em termos de ingredientes ativos no Brasil. Grupos importantes de fungicidas perderam eficiência desde o aparecimento da doença no País, em 2003. Existem limitações na transferência de tecnologia, diante da escala plantada com soja. Com o envolvimento da produção, da Academia, do Governo e da Indústria, quatro pontos-chave foram considerados importantes:

- Normativa do MAPA para uniformizar o período de plantio de soja;
- Aprovação de novas misturas com os ingredientes ativos disponíveis;
- Regulamentação da mistura em tanque;
- Comunicação com o produtor, especialmente quanto ao período de plantio.


"Este é meu compromisso com a terra agora e no futuro. Uma agricultura sustentável."
José Joaquim Ferreira - Agricultor
Agricultura,
o maior trabalho da Terra.
www.omaiortrabalhodaterra.com.br
facebook.com/BASF.AgroBrasil
O planeta caminha para um futuro com mais de 9 bilhões de pessoas. E o desafio do agricultor José Joaquim é produzir mais e melhor, garantindo boas práticas para uma agricultura sustentável que preserve as riquezas naturais hoje e no futuro. O compromisso da BASF é inovar e desenvolver novas tecnologias para ajudá-lo a alimentar, vestir e mover o mundo. Com o José Joaquim, fazemos a agricultura avançar.
150 anos
BASF
We create chemistry

AGRICULTURA

O MAIOR TRABALHO DA TERRA

SUSTENTABILIDADE É o foco da nova edição da campanha realizada pela BASF que enfatiza o compromisso dos agricultores com a utilização de boas práticas agrícolas e a preservação dos recursos naturais em prol de uma agricultura sustentável. A campanha, além de valorizar o trabalho do agricultor brasileiro, destaca os desafios na missão de alimentar, vestir e mover a população mundial crescente. Paralelamente, convida a sociedade a uma reflexão sobre o compromisso de todos com o futuro do Planeta.

Esta é a terceira edição da série "Agricultura, o maior trabalho da Terra", e a quinta da campanha iniciada em 2010 – anteriormente chamada de "Um Planeta Faminto e a Agricultura Brasileira" –, que, ao todo, já impactou, com seus vídeos, mais de 30 milhões de pessoas.

"Nosso objetivo com esta iniciativa é continuar ressaltando a importância do agricultor e da atividade agrícola para a economia brasileira e, também, para a alimentação da população mundial, que chegará a 9 bilhões de pessoas até 2050. Além disso, temos um compromisso em mostrar o quanto o produtor brasileiro vem trabalhando para que a produção de alimentos seja cada vez mais eficiente e sustentável", afirma Marcelo Batistela, diretor de Marketing da Divisão de Proteção de Cultivos da BASF para o Brasil.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em dez anos, a demanda mundial por alimentos crescerá 20% e o Brasil atenderá cerca de 40% desta demanda. Nos últimos 35 anos, o Brasil passou de importador a um dos maiores exportadores de alimentos. Nos últimos treze anos, o agronegócio tem, ainda, contribuído decisivamente para o superávit primário da balança comercial brasileira.

> "A CAMPANHA, ALÉM DE VALORIZAR O TRABALHO DO AGRICULTOR BRASILEIRO, DESTACA OS DESAFIOS NA MISSÃO DE ALIMENTAR, VESTIR E MOVER A POPULAÇÃO MUNDIAL CRESCENTE."

"O agronegócio é um setor estratégico para o País e tem destaque no cenário mundial. Acreditamos que, com a união de esforços, inovação e práticas sustentáveis, conseguiremos aumentar a eficiência e a produtividade da nossa agricultura para avançar rumo ao título de maior produtor de alimentos do mundo. Por isso, mais uma vez, a BASF investiu em uma campanha que valoriza o papel da agricultura e do agricultor e que pode contribuir com a aproximação dos meios urbano e rural, bem como oferecer um melhor entendimento sobre as atividades e os desafios do setor", complementa o executivo. ■

LANÇAMENTO DO SETOR DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

PROJETO COLMEIA VIVA

O projeto de pesquisa **Colmeia Viva – Mapeamento de Colmeia Participativo** é uma iniciativa do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), em parceria com a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Faz parte do seu objetivo a criação de um plano nacional de boas práticas entre agricultura e apicultura.



COMO PARTICIPAR?

• Ligar para **0800 771 8000** para relatar os casos de perdas de abelhas e colmeias e incidente e localização de colmeias não identificadas.

• Este é um canal exclusivo para agricultores, apicultores, melipolinicultores e suas associações.

• Disponível para o estado de São Paulo.

QUANDO PARTICIPAR?

Agricultores

• Colmeias sem identificação na propriedade.

• Dúvida sobre incidente com abelhas por aplicação de defensivo agrícola.

Apicultores e meliponicultores

• Verificar e entender as causas das perdas de colmeias e abelhas nos apiários.

• O que fazer em caso de incidente com abelhas.

Ambos

• Orientações sobre boas práticas de convivência entre as atividades agrícola e apícola.

BENEFÍCIOS

• Identificar e esclarecer o que está acontecendo com as abelhas.

• Acesso a laboratório do Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para identificar resíduos de defensivo nas abelhas, sem custos ao agricultor e ao apicultor.

• Participação em projetos de mapeamento dos fatores de perdas das abelhas.

• Relação mais produtiva entre agricultura e apicultura.

O sucesso do Projeto depende da participação ativa dos agricultores, dos apicultores (criadores de abelhas com ferrão – *Apis mellifera*) e meliponicultores (criadores de abelhas sem ferrão), e suas associações.

A vice-presidente executiva do SINDIVEG, Silvia Fagnani, enfatiza que entender os fatores que contribuem para a perda das abelhas é o primeiro passo para uma relação mais produtiva entre agricultura e apicultura. "Quanto mais pessoas no campo tiverem acesso ao número do 0800 e participarem do Projeto, maior será a abrangência do mapeamento almejado por esta iniciativa inédita", ressalta Silvia.

DEFESA VEGETAL

A BIODIVERSIDADE QUE NÃO QUEREMOS

REGINA SUGAYAMA
Mestre e doutora em Biologia pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB/USP)

A RIQUEZA de espécies é um dos componentes da biodiversidade e é definida como o número total de espécies presentes em uma região. No entanto, os eventos de introdução de espécies têm efeitos sobre o segundo componente da biodiversidade, que é a abundância relativa das espécies, pois, via de regra, eles afetam a dinâmica das relações existentes e que se encontravam em uma situação de equilíbrio. Estes efeitos são percebidos de forma pronunciada em agroecossistemas extensivos, nos quais a comunidade tem uma estrutura extremamente simplificada, com baixíssima diversidade genética e, portanto, altamente suscetível a perturbações quando estas ocorrem.

Esse é um tema que tem estado em evidência nos últimos anos devido à detecção da *Helicoverpa armigera* no Brasil, mas não é um problema recente. De acordo com o Observatório Pragas Sem Fronteiras (http://bit.do/pragassemfronteiras), pelo menos 210 espécies de importância agrícola foram detectadas no Brasil desde 1898, afetando as mais diversas cadeias produtivas.

Se os eventos de invasão estivessem ocorrendo de maneira aleatória, o número de espécies detectadas no Brasil seguiria o número de espécies existentes no mundo, o que não acontece, pelo menos entre os insetos. É marcante o grande número de espécies de *Hemiptera* (percevejos, cochonilhas, pulgões, cigarrinhas), pois o número estimado de espécies nesta ordem (50 mil) é bem inferior ao número de espécies nas ordens megadiversas: *Coleoptera* – 300 mil espécies; *Lepidoptera* – 110 mil espécies; *Hymenoptera* – 100 mil espécies; e *Diptera* – 90 mil espécies.

É difícil precisar quantos desses organismos tiveram sua entrada no Brasil facilitada pela atividade humana e quantos têm mecanismos naturais de dispersão a longas distâncias que possam ter levado à entrada da praga no Brasil. Correntes de ar podem facilitar a disseminação de fungos, pequenos insetos, ácaros, sementes de plantas infestantes, por exemplo. No entanto, estima-se que 65% das espécies que entraram no Brasil tenham sido auxiliadas pela atividade humana; isso pode ter ocorrido, por exemplo, por meio do transporte internacional de plantas ou produtos vegetais ou do trânsito internacional de veículos. ■

(Na próxima edição: Grandes culturas, grandes desafios)

DA AMEAÇA AOS PREJUÍZOS NAS LAVOURAS

Apesar de o Brasil possuir uma legislação que lista os organismos de alto potencial de perigo em âmbito nacional, 67% das espécies detectadas no País nos últimos três anos não faziam parte desta listagem no momento em que foram detectadas. Em curto espaço de tempo, algumas tornaram-se pragas em algumas regiões do País. Ou seja, ao se pensar em ações proativas, deve-se ter em mente que a listagem de pragas quarentenárias pode ser um bom ponto de partida, mas que ela não esgota o universo de espécies potencialmente importantes.

DIÁRIO DE BORDO

NA TORCIDA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A MÍDIA tem anunciado um certo atraso na liberação de recursos para o crédito de custeio para a safra de verão 2015/16.

De fato, até o final de agosto, o montante de dinheiro entregue aos produtores rurais brasileiros era bem menor do que o desejável. Em setembro, as liberações melhoraram bastante, mas a perda de grau de investimento do País e dos nossos principais bancos criou uma nova e perigosa expectativa.

Pior: com o aprofundamento da crise econômica e a dificuldade do Governo para resolvê-la, os depósitos à vista começaram a cair, de modo que os créditos com taxas controladas – os mais baratos – fatalmente têm diminuído. Com isso, haverá o encarecimento do *mix* de juros dos financiamentos da safra, o que é mais um fator de aumento de custos de produção que se soma à elevação dos preços de insumos (em função do câmbio com desvalorização do real frente ao dólar), ao encarecimento da energia (inclusive diesel) e à inflação (salários mais altos). E há, ainda, a queda em dólar dos preços das *commodities*, com a incerteza sobre como os afetará o ajuste por que passa a China.



A verdade é que os horizontes para 2016 vão mesmo reafirmando um quadro de margens mais estreitas. O atraso da liberação do crédito ainda não é fatal. Mas, não se pode demorar mais, porque isso comprometeria a compra de insumos, especialmente os fertilizantes, o que afetaria o padrão tecnológico, um retrocesso indesejável, afinal os brasileiros do campo estão, hoje, convencidos de que só serão competitivos na economia globalizada se tiverem alta produtividade, e isso só se consegue com tecnologia integral. Portanto, perder produtividade por causa de atraso na liberação de crédito seria um imperdoável equívoco de política pública.

Além disso, se as compras de fertilizantes atrasarem, haverá encarecimento do frete, por causa do gargalo da logística, causando mais um aumento de custo de produção.

Não bastassem essas questões todas, ainda sobra uma nuvem no horizonte dos resultados agrícolas de 2016: o El Niño, célebre fenômeno climático que interfere fortemente no regime de chuvas na safra de verão. Consta que, neste ano, ele pode ser mais forte do que o normal, podendo afetar negativamente a produção de grãos no Norte e no Nordeste do País, além de haver a ameaça de enchentes no Sul. Ora, isso pode levar à redução da produtividade por área plantada e da produção total de grãos.

Por fim, destaca-se uma grande incógnita quanto aos resultados financeiros da próxima estação: o valor do dólar na colheita. Em 2015, a valorização do dólar foi benéfica para o campo, pois plantamos, no ano passado, a um câmbio de 2,70 reais por dólar e colhemos, neste ano, a outro de 3,20, o que compensou a queda dos preços lá fora. Neste ano, vamos plantar com que câmbio? Serão 3,70 reais por dólar? 3,90? E qual será o valor na colheita? Há pessoas apostando em 4,00 reais; há quem esteja falando que vai cair. O fato é que ninguém sabe, tantas são as variáveis que interferem na conta, inclusive a perda do grau de investimento que pode levar dólares embora, ou o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, o que atrairia um maior fluxo da moeda para tal país.

Em suma, o crédito tem que sair mesmo, e, agora, é torcer pela ministra Kátia Abreu: ela sabe o que faz. ■

PRODUZIR

ROMPER PARA INOVAR

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O AGRONEGÓCIO brasileiro realizou uma revolução tecnológica no âmbito da produção, com ganhos ininterruptos de produtividade nas últimas décadas. Entretanto, esse fato já é consumado. Os desafios de agora em diante estarão muito além das questões agronômicas ou zootécnicas.

Em recente estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Banco Mundial, com participação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) na elaboração do conteúdo e na análise dos resultados, o mapeamento dos diversos riscos para a atividade agropecuária mostra que as atenções do agricultor e do pecuarista devem concentrar-se em demandas além das específicas sobre plantio, colheita, criação e/ou abate.

O trabalho revela que os cuidados e as preocupações do produtor rural contemplam fatores diversos, como: eventos climáticos extremos e incêndios; sanidades animal e vegetal; gestão da produção e dos recursos naturais; crédito e comercialização; comércio internacional; logística e infraestrutura; e marco regulatório, políticas e instituições.

O diagnóstico atesta que, passada a etapa da incorporação tecnológica e do acompanhamento dos avanços e dos recuos dos mercados de *commodities*, vivemos o ciclo de distinguir e tornar mais abrangentes as boas práticas de governança da propriedade e gestão do negócio, de olho nas eficiências produtiva, financeira e comercial.

Aos produtores rurais caberá a missão de gerenciar melhor todo o conjunto de fatores que regem o negócio em direção à cultura empresarial, ancorados em análise de investimento, retorno e risco, rapidamente abandonando o obsoleto sistema de crédito rural oficial.

Será mais competitivo quem elaborar um ecossistema de negócios para sua atividade de base agrícola – que pode ter inúmeras ramificações agroindustriais – fundamentado em interesses mútuos com fornecedores, clientes, investidores, entre outros parceiros, num ciclo de geração de valor.

O novo agronegócio não pode depender de recurso estatal e não pode, também, estar subordinado a mecanismos defasados, como preços mínimos, para financiar a safra, segurá-la ou ampará-la. Esse formato de financiamento rural limita a modernização das relações de negócios no campo.

O produtor rural brasileiro precisa repensar o negócio e criar uma nova engrenagem, para quebrar a lógica engessada pela antiga fórmula do "captar crédito rural oficial ou fazer *barter* ("troca", no correspondente em português) + plantar + colher + vender + pagar o financiamento e começar de novo". Confinar-se nesse modelo é restringir o potencial do negócio.

Com planejamento, é possível avançar em escala, com qualidade e diversidade. Também é necessário libertar-se da dimensão de venda no mercado *spot* (à vista), para buscar a visão e a ação no médio e no longo prazos, pela intensificação da produção e pela variação dos negócios.

Somente a implantação de uma gestão madura e aderente aos conceitos mais avançados de mercado permitirá ao agronegócio criar a predisposição necessária à atração de capital privado interessado em investir em negócios prósperos. Dessa ruptura virá a nossa inovação. ■



OPINIÃO

OPORTUNIDADE DA FRUTICULTURA

ARNALDO JARDIM
Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A FRUTICULTURA é um segmento importante da agricultura e poderá preencher um espaço ainda maior, especialmente pela sinergia que mantém com a acumulação de umidade do ar, contribuindo com os aquíferos, bem como pela capacidade de estimular os pequenos e os médios produtores e a agricultura familiar, que ampliam, com isso, seu potencial produtivo, gerando renda e trabalho no campo, além de alternativas de melhoria da qualidade de vida.

A fruticultura destacou-se no agronegócio, nos últimos anos, tanto na produção *in natura*, quanto como insumo na industrialização de sucos, néctares e polpa. Isso deve-se à diversidade climática e ao desenvolvimento tecnológico e de nossas cultivares, o que possibilita produzir o ano inteiro.

O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas do mundo. O estado de São Paulo é referência na fruticultura. Dados do nosso Instituto de Economia Agrícola (IEA) mostram que, em 2014, foram produzidas mais de 15.171 toneladas de frutas, gerando uma receita de R$ 6,7 bilhões. A laranja para indústria representa 64% da produção paulista, com 9.666 toneladas e movimentação de R$ 2,1 bilhões, seguida da produção de laranja de mesa, com 14%, e da de banana, com 6%.



A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), por meio de seus institutos de pesquisa, está atuando para intensificar as ações de proteção vegetal e criar mecanismos para a produção de frutas de qualidade para os mercados interno e externo, tanto para processamento, quanto para o consumo de frutas frescas, seguindo as determinações do governador Geraldo Alckmin.

As nossas tecnologias viabilizam o melhor aproveitamento dos recursos naturais, como água e solo, integrando lavoura, pecuária e floresta. O programa Citricultura Nota 10, lançado pelo nosso Instituto Agronômico (IAC), é importante para incentivar a produção de cítrus de mesa. A ideia é que sejam disponibilizadas cerca de sessenta variedades e porta-enxertos de cítrus de mesa para serem validados pelos citricultores paulistas.

Outro exemplo de sucesso das pesquisas realizadas na SAA é a utilização de ácaros predadores para o controle de ácaros-praga, realizada pelo Instituto Biológico. Resultados das pesquisas demonstram o sucesso na utilização desta técnica, visto que os ácaros eliminam 98% das pragas, enquanto os agrotóxicos eliminam cerca de somente 20% das pragas.

Para fomentar o setor, temos uma linha de crédito do nosso Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) para fruticultura. Até agosto deste ano, foram firmados 46 contratos, ao valor de R$ 4,7 milhões.

O aumento da produção pode ser impulsionado pelo início da utilização da plasticultura, uma técnica agrícola que "protege o cultivo". Esta linha de ação será reforçada ao longo dos próximos meses.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado consolidou a confiança do produtor rural no governo do estado de São Paulo. O número de manifestações de interesse saltou de 61, na quinta chamada, para 167, na sexta – quase a soma das cinco primeiras, um crescimento de 173,77%.

Diante da atual situação econômica, o agronegócio vem destacando-se positivamente, e a fruticultura é uma das principais alternativas de produção e geração de renda para o homem do campo. ■

REFLEXÃO

O INVERNO DAS SOLUÇÕES

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

AS IMPORTANTES mudanças observadas a cada ano no clima das regiões produtoras têm sido claro motivo de preocupação do agronegócio. Antes somente indicada como solução às regiões áridas, a irrigação já é tema presente nas empresas produtoras no Sudeste e no Centro-Oeste, num claro sintoma de quebra de paradigma. Por outro lado, o aquecimento das águas do Pacífico e/ou Atlântico gera El Niño, La Ninã e, enfim, volatilidades adicionais aos elevados riscos da agricultura. Neste lado tropical do Planeta, o Brasil não tem política de seguro rural, apresenta fraquíssima logística e, para completar o quadro de penúria, pouco crédito disponível, caro o suficiente para assustar as empresas.

Em pleno inverno, no Centro-Oeste e no Sudeste, as temperaturas seguem elevadas, e há previsão de muitas chuvas na primavera na maioria das regiões brasileiras, trazendo a percepção de dificuldades no plantio da safra de grãos e na colheita da safra da cana-de-açúcar. Neste inverno, que terminou em 23 de setembro, apenas as noites são mais frias, reduzindo a temperatura no caminhar da madrugada. Essa imagem encaixa-se à realidade do Brasil e de sua economia no inverno de 2015: inflação chegando perto de 10%, déficits para todo lado, descoordenação de governança e enfraquecimento da lógica; partidos políticos que são um amontoado de interesses, muitos temendo e tremendo pelo que ainda virá na esteira do Lava Jato. É um inverno de muita desilusão, restando a força que sustenta, que faz resiliente o brasileiro – a esperança. O sol chegará, por mais longa que seja a noite do quente inverno de 2015.

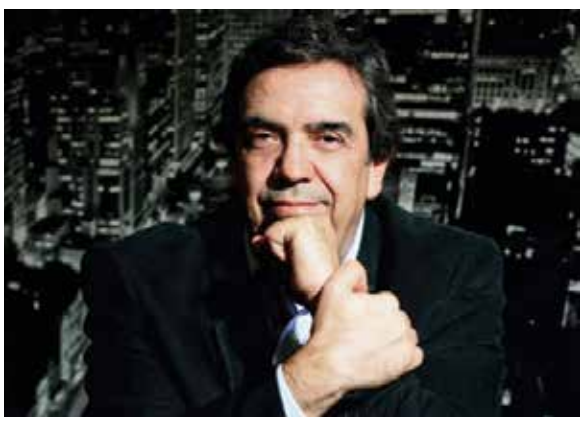
O agronegócio carrega a missão sublime de, em sinergia com os recursos da natureza, empregar conhecimento e insumos, alimentar com grãos, fibras, frutas, carnes; produzir energia renovável com óleos vegetais e carboidratos; e embelezar com flores. Isso é meta, esforço e dedicação; isso é o que faz o agricultor o ano todo no Brasil.

No inverno dos atuais tempos, tudo está mais difícil. Da desconfiança elevadíssima, fruto da irresponsabilidade com o futuro, ao desrespeito com o presente. Nesse clima negativo, o crédito ao produtor desaparece, mas os gastos do Governo seguem elevadíssimos; os partidos políticos têm enorme dificuldade em comunicar-se com a sociedade, e o Governo emudece.

Mas, o mais importante é ter a visão. Como será o ciclo de baixa das *commodities* hoje "casadas" com o petróleo e os produtos agrícolas? Até que ponto a pressão externa de preço incidirá nos preços dos derivados do petróleo no Brasil? Qual será a postura do Governo nos casos dos massacres contra a Petrobras e o etanol? Manter o preço alto do diesel ajuda a Petrobras, mas eleva os custos; manter baixos os preços da gasolina é referência para acabar de arrebentar o etanol. E a China e as suas importações? E os EUA e uma possível volta dos juros?

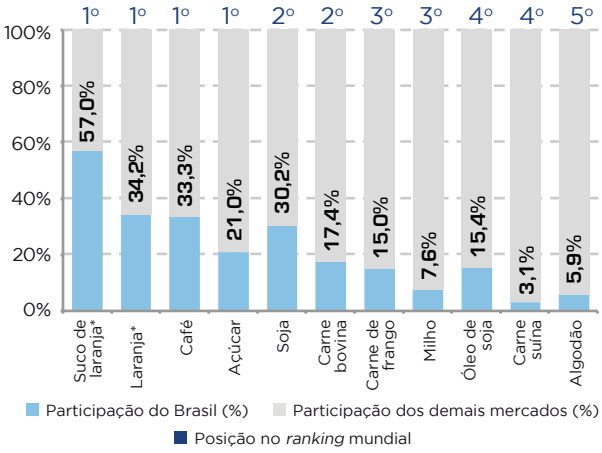
A CIDE, reajustada no seu valor, ajuda o etanol e gera arrecadação ao Governo; se criar pressão de certa inflação, manterá empregos e permitirá a volta dos investimentos. Acordos especiais governo-governo serão fundamentais para gerar mais mercado aos produtos do agronegócio brasileiro.

As soluções devem emergir ao sol. ■



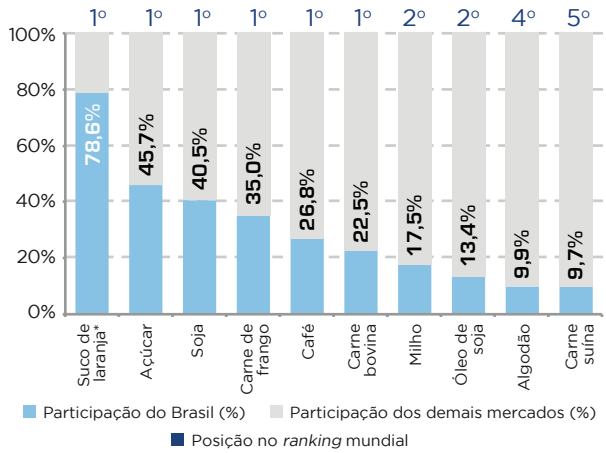
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



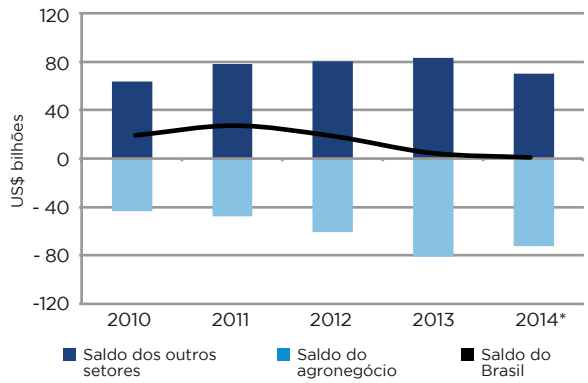
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



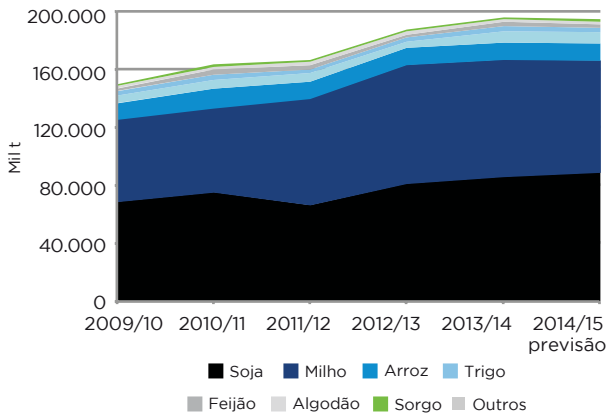
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



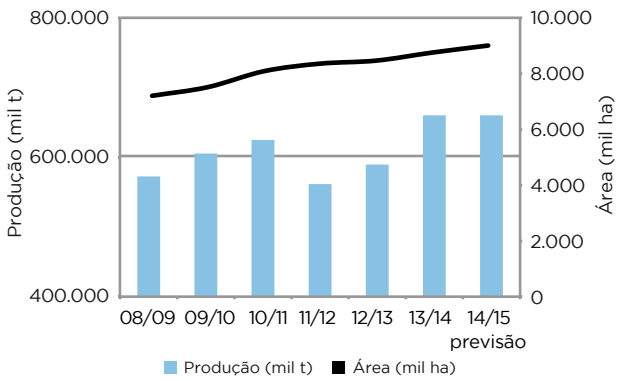
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



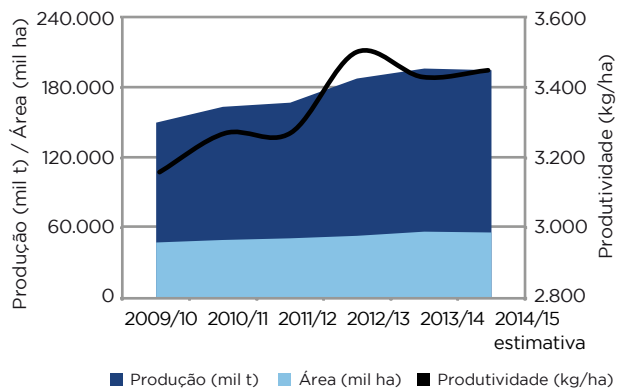
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab